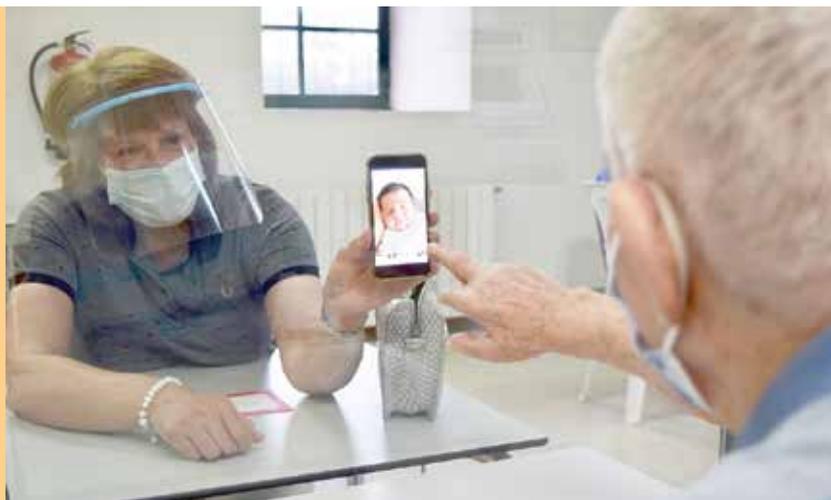




COVID-19: VISITAS AOS IDOSOS

O afeto regressou aos lares



CRISE PÓS-COVID-19

REPÚBLICA PORTUGUESA
XXII GOVERNO

IPSS preparam-se para ser novamente a “almofada social”



PRÉ-ESCOLAR
Reabertura a meio gás com poucas crianças e cuidados redobrados



ÍLHAVO
Lar de S. José vive um carrossel de testes positivos/negativos

José Leirião
Membro da CNIS



Carta aberta de uma cientista otimista às novas gerações

Pela sua oportunidade, pedagogia e ensinamentos úteis para a sociedade gostaria de partilhar, através do Jornal Solidariedade a “carta aberta” às novas gerações da Professora, cientista e investigadora da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Maria de Sousa, que faleceu há cerca de mês e meio devido a infeção da Covid-19 contraída numa clínica de hemodiálise. Texto disponibilizado pela Universidade.

Percebeu a migração organizada dos linfócitos, células do sistema imunitário, tem o seu nome nos manuais sobre este sistema.

Este texto é uma importante lição, de conhecimento e lucidez, que Maria de Sousa deixa a todos nós.

Este testemunho devia ser dado a ler e explicado a todos os jovens, nas escolas e nas famílias (já para não falar dos adultos, governantes ou simples cidadãos) porquanto representa um aviso e um alerta certo apontados aos problemas de hoje e do futuro imediato.

A cientista Maria de Sousa, ao saber que estava infectada com covid-19 e consciente da sua situação de alto risco, despediu-se dizendo:

“Espero perdurar por via dos que ficam vivos”. Por mais dolorosa e triste que seja a morte, a vida tal como a conhecemos na Terra é infinita. As novas gerações sucedem-se ciclicamente e cabe sempre a elas a construção do nosso futuro colectivo.

Faz parte de ser jovem estar convencido de que vamos ser capazes de mudar o mundo para melhor.

Eu já não sou cronologicamente jovem, mas continuo a acreditar num cenário optimista para o futuro da humanidade!

É preciso coragem para mudar, sobretudo quando o nosso estilo de vida actual é tão confortável.

No entanto, as evidências científicas são irrefutáveis: a exploração que o homem está a fazer da natureza é insustentável.

Vivemos obcecados pelo crescimento económico, mas não é possível que as economias de todos os países continuem a crescer indefinidamente. Considero fundamental que os jovens de hoje se consciencializem dos inevitáveis riscos a curto prazo e façam ouvir a sua voz, pressionando a sociedade para a mudança.

Acredito que a ciência e a tecnologia vão tornar-se ainda mais essenciais nas nossas vidas.

Precisamos de observações e medições rigorosas de tudo o que se passa em todos os locais do planeta para estarmos alerta e sabermos onde actuar. Mas acima de tudo precisamos de novas soluções para viver em harmonia com a Terra, desde novas formas de nos deslocarmos a novas formas de nos alimentarmos e reciclarmos o lixo que produzimos. Novas soluções para um problema não surgem de repente a partir do nada. São necessários anos de intensa investigação científica, e muitos problemas estão ainda por resolver.

Por exemplo, a propósito da actual pandemia, importa lembrar que entre 1918 e 1919 ocorreu um surto de infecção causada por um novo vírus da gripe que matou cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo. Já se usavam máscaras de protecção, desinfectantes e distanciamento social, mas não havia testes de diagnóstico, nem medicamentos, nem ventiladores. A 1ª vacina para a gripe foi desenvolvida em 1940 e aplicada apenas em militares. Só em 1960, após uma pandemia causada por um novo vírus da gripe que entre 1957 e 1958 matou mais de um milhão de pessoas em todo o mundo, iniciaram-se os programas de vacinação para grupos de risco (isto é, pessoas com doenças crónicas ou com mais de 65 anos). Uma vacina confere imunidade contra um tipo específico de vírus. Ora, o vírus da gripe altera com muita frequência a sua informação genética, dando origem a novas formas de vírus que escapam ao efeito da vacina. Esta diversidade genética dá também origem, ocasionalmente, a formas de vírus mais agressivas que causam pandemias. Foi o que voltou a acontecer em 1968, com mais de um milhão de mortes em todo o mundo, e apenas há dez anos, em 2009, causando a morte de cerca de 600 mil pessoas a nível mundial. Porque a capacidade de se reinventar geneticamente é uma característica de todos os vírus, a humanidade sempre esteve e vai continuar a estar sujeita a surtos de infecção por novos vírus. Foi o caso do VIH – vírus da imunodeficiência humana, causador da sida. Esta nova doença começou a ser detectada em 1981 nos EUA e já matou 32 milhões de pessoas no mundo. Em 1994, a sida era, nos EUA, a principal causa de morte de pessoas entre os 25 e os 44 anos. Só em 1995 começaram a ser ensaiados os primeiros medicamentos que viriam a ter um grande sucesso, evitando as mortes e transformando a sida numa doença crónica.

Mais recentemente, em 2003, foram reportados na China os 1ºs casos duma nova doença respiratória denominada SARS, causada por um coronavírus parente do actual SARS-CoV-2. Em plena pandemia, a sociedade pede muito aos cientistas medicamentos e vacinas eficazes.

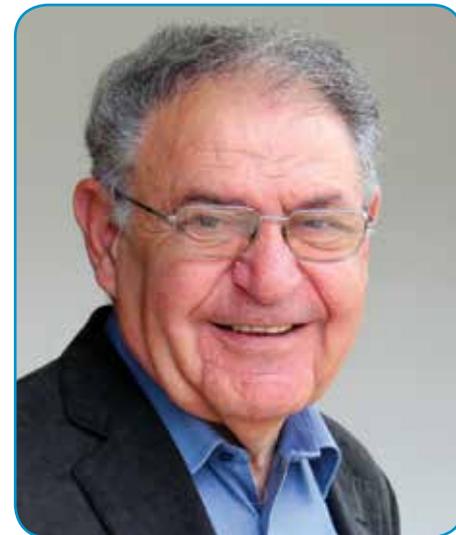
Que lições tirar para o futuro? Acima de tudo, as novas gerações têm de estar conscientes de que vão ser confrontadas com grandes desafios. A falta de respeito pelos animais selvagens, vítimas de captura e comercialização, favorece a infeção humana por novos vírus (ou outros micro-organismos patogénicos) que poderão causar mortalidades bem mais altas do que a actual pandemia. Muitos modelos ainda praticados na indústria agropecuária incentivam a destruição de florestas, interferem com a qualidade dos solos, são poluidores e favorecem a propagação de epidemias em plantas e animais. Vão certamente ocorrer grandes desastres naturais como fogos, tempestades e terremotos. As alterações climáticas são uma realidade instalada. Vai faltar a água e aumentar a poluição. As sociedades do futuro vão depender da ciência e da tecnologia para lidar com catástrofes. Mas as sociedades de hoje insistem em ignorar os múltiplos alertas dos cientistas para perigos eminentes que ainda podem ser evitados.

Por isso, deixo aqui o meu apelo às novas gerações para acabarem de vez com a ilusão de que vai ser possível continuar a viver com os hábitos de hoje e a fazer os negócios do costume. O meu outro apelo é para valorizarem e cultivarem a ciência. Todos os jovens, independentemente das suas profissões futuras, devem ser treinados a aplicar o método científico nos problemas com que se deparam no dia-a-dia. Rigor na observação, raciocínio lógico nas deduções, conclusões baseadas em experimentação. Em paralelo, as profissões ligadas à ciência têm de ser atractivas e apetecíveis. Tal implica organização, infraestrutura e recursos em permanente actualização.

Finalmente, um alerta: todas as áreas do saber são igualmente importantes. Os avanços tecnológicos mais transformativos resultaram de descobertas que podiam, à primeira vista, parecer irrelevantes. Para o avanço da ciência não há temas de investigação inúteis, desde que as perguntas sejam bem formuladas.

E a ciência não pode deixar de avançar, sob pena de não sermos capazes de resolver os imensos desafios com que nos vamos deparar!

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Olhando o presente perspetivando o futuro

Nesta “estação de pandemia” parece estarmos em descensão, reconquistando, pouco a pouco, uma “nova normalidade”. Com prudência, para continuar a vigiar a extensão do vírus, mas afirmando e confiando na responsabilidade de cada um e de todos na gestão da sua saúde e da saúde da comunidade, sem discriminação pela idade e respeitando a autonomia pessoal, que não é outra senão a capacidade de cumprir com as próprias obrigações morais.

Aprendemos muito nestas semanas. Coisas boas, provavelmente. Também coisas que devem ser melhoradas e que todos devemos assumir:

- **Somos todos vulneráveis.** Provavelmente, uns mais do que outros. Alguns reclamam que as suas necessidades sejam atendidas de uma maneira diferenciada. Há pessoas que têm sérias dificuldades para serem reconhecidas como sujeitos de direitos; também de direitos à assistência sanitária, à casa, à educação e à liberdade de decidir. Que não valem fórmulas simples para realidades complexas. Que tratando todas as pessoas do mesmo modo, falta-se à equidade e ao reconhecimento de que a igual dignidade merece igual estima e consideração, mas nem sempre o mesmo procedimento.

- **Saúde.** Que a saúde é mais que biologia mecanicista individual que funciona corretamente, que é vida “auto-insuficiente” com significado, que necessita de relação e compromisso.

- **Pessoa toda e todas as pessoas.** Que há serviços essenciais que não podem ser substituídos pelo teletrabalho, pois exigem intervenções qualificadas de cuidados que podem originar graves riscos sendo suspensos, pelo que devem retomar-se quanto antes os serviços de apoio direto a pessoas com dependência e/ou deficiência, os tratamentos individualizados de tipo socio-sanitário de que necessitam adultos e menores com deficiência ou necessidades especiais, e as medidas educativas de caráter comunitário para famílias em situação de risco e pessoas com vulnerabilidade social.

- **Sistema ao serviço das pessoas.** Que estabelecer um sistema eficaz e suficientemente dimensionado de serviços sociais, que possa preservar e enriquecer as relações e os apoios comunitários, é imprescindível, porque não podemos permitir que o próximo grande colapso seja o das Instituições Sociais de proximidade e

de solidariedade. Que a “crise de cuidados” e o “envelhecimento das nossas sociedades”, temas dominantes nos fóruns académicos, económicos e políticos, foram neste tempo desafios que nos fizeram ver que as relações comunitárias nos ambientes naturais são indispensáveis.

- **Valorização do serviço às pessoas.** Que há compromissos e lealdades, profissionais ou voluntários, que não se pagam com “salários”, mas com “honorários”, quer dizer com reconhecimento social a quem para além das suas obrigações legais, presta uma atenção de excelência correndo riscos, porque sabe que na relação assistencial não só se joga a dignidade da pessoa atendida (acariciada, alimentada, cuidada, educada, lavada, protegida ou tratada), mas o próprio projeto de autorrealização pessoal.

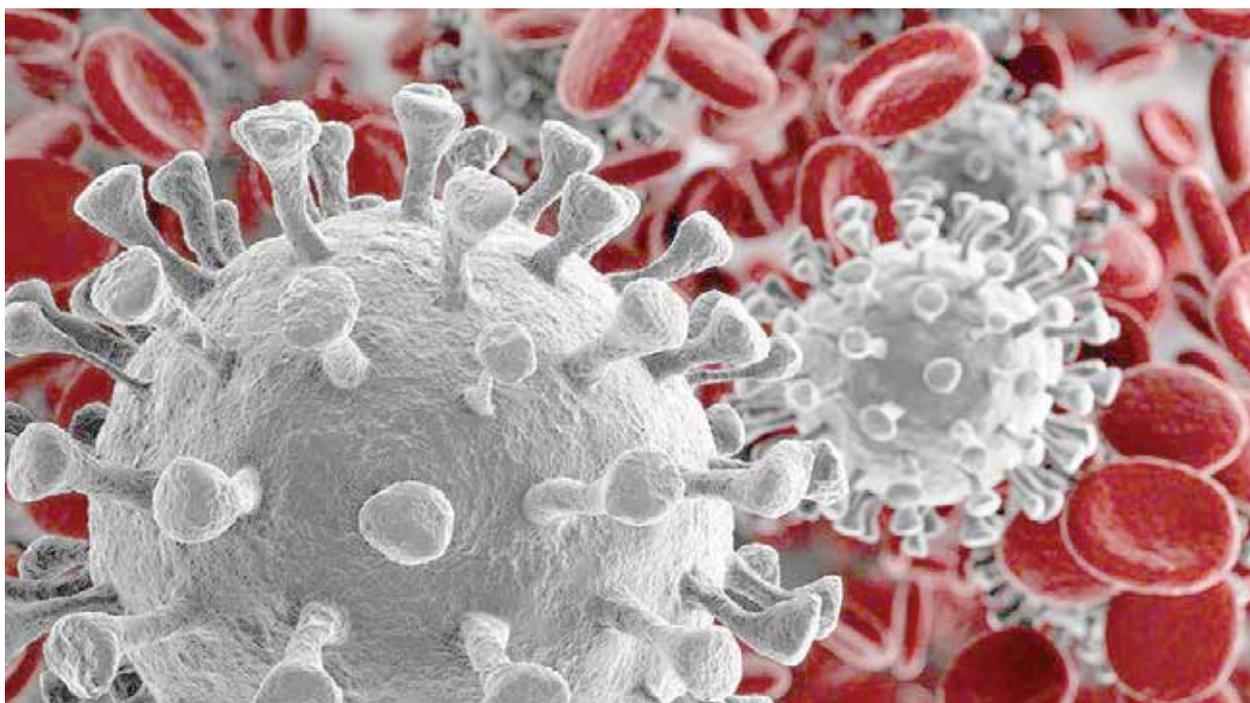
- **Ajudas às pessoas.** Que as ajudas de emergência, beneficentes e gratuitas, numa sociedade justa, não podem nem devem ser o modo habitual de enfrentar o empobrecimento das pessoas, pelo que se deve garantir um rendimento básico a toda a cidadania que assegure mínimos de vida sadia.

- **Justiça.** Que a justiça requer argumentação, conhecimentos, deliberação e transparência nas diferentes perspetivas, com a convicção de

que qualquer olhar é sempre limitado e necessita complementar-se a partir de outras experiências, sempre contidas e subjetivas, porque a subjetividade está no olhar e não no vírus.

- **A vida é comunhão.** Que, em qualquer momento, podemos morrer e que não é a mesma coisa morrer bem ou morrer mal, acompanhado ou isolado, porque morrer deve ser sempre “con-morrer”, como viver é sempre “con-viver”. Por isso, como sociedade, devemos reconhecer a dívida que contraímos com as pessoas que faleceram em absoluta solidão e sem se despedirem dos seus familiares. Também devemos fazer o necessário para aliviar o dano que sofreram os seus entes queridos.

- **A vida é um dom de Deus.** Ateus ou crentes, confrontamo-nos com um misterioso vírus que, em menos de três meses, colocou o mercado financeiro em alerta, desacelerou a economia global, modificou os hábitos quotidianos, reavivou medos ancestrais e pôs em xeque os líderes do planeta. E obrigou-nos a confirmar a fragilidade humana e a disputar a sobrevivência, a sentir a necessidade do abraço e a valorizar o coletivo, a vergar-nos perante uma “mão poderosa e misericordiosa” que tudo fez e a sondar a (re)significação da vida.



PROTOCOLO COM PACOTE DE QUATRO MILHÕES DE EUROS PARA EPI E FORMAÇÃO

Cooperação tem de mudar para responder aos desafios do futuro

O dia 8 de maio poderá ficar na história como o dia em que a cooperação entre o Estado e o Sector Social Solidário sofreu uma mudança profunda, assim se efetive o desejo da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que, no fundo, vai de encontro aquilo que as estruturas representativas das IPSS e instituições equiparadas há muito reclamam.

“A situação que vivemos com a Covid-19 deve servir para identificar o que podemos fazer melhor no futuro. E, em sede de Acordo de cooperação temos de ver se o que lá está faz sentido ou não e se responde às necessidades da população”, afirmou Ana Mendes Godinho, concretizando um pouco mais: “Temos que evoluir nas respostas concretas às necessidades das pessoas. Temos que encontrar respostas personalizadas e isto faz-se com pessoas, não se faz com máquinas. Por isso, lanço o repto para em conjunto melhorarmos o futuro. E temos muito a fazer, porque as pessoas exigem, cada vez mais, respostas concretas e não apenas respostas padronizadas”.

A governante falava na sessão de assinatura do protocolo que estabelece uma parceria entre o Governo e a CNIS, União das Misericórdias, União das Mutualidades, Confcoop e Cruz Vermelha Portuguesa, que “visa capacitar as respostas sociais de creche e Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) para as necessidades decorrentes da estratégia de levantamento do confinamento (...), nomeadamente, no que respeita à aquisição de máscaras e/ou viseiras, gel desinfetante, produtos destinados à higienização regular dos espaços e à formação específica dos funcionários e voluntários que ali exerçam a sua atividade”.

O protocolo, que vigora durante três meses, tem um valor global de quatro milhões de euros, sendo que à CNIS, pelo maior número de respostas (1.059 creches e 159 CAO) e de pessoas envolvidas (70.000, entre utentes e trabalhadores), cabe a parcela maior, no valor de cerca de 2,5 milhões de euros.

O presidente da CNIS revelou aos presentes que numa sondagem levada realizada junto das associadas com resposta de creche destacam-se três palavras: “receio, cautela e vontade confiante (sendo esta a dominante)”.

Nesse sentido, “vamos fazer o que está ao nosso alcance para não darmos passos atrás. E se tiver que se dar um passo atrás, não devemos ter reticências em fazê-lo”, afirmou o padre Lino Maia, que saudou as palavras da ministra sobre a cooperação: “Temos mesmo que olhar bem para este Sector. Portugal estaria muito pior sem as instituições... e, se isto fosse feito só pelo Estado, estaríamos a chorar e, não estamos, estamos confiantes. Nós somos o instrumento do Estado na proteção social e é



importante que o Estado se reorganize, porque o futuro não será igual ao passado, pois teremos mais desafios. O Estado tem que deixar de olhar para nós como instituições de caridade e é muito importante que nos veja como o instrumento da sua principal obrigação”.

E terminou demonstrando a disponibilidade da CNIS para ajudar: “Podem contar connosco a senhora ministra, o país e o futuro”.

A sessão contou ainda com a presença da ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, das secretárias de Estado da Ação Social, Rita Cunha Mendes, e da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Luís Silva, da União

das Mutualidades Portuguesas, Rogério Cação, presidente da Confcoop, Francisco George, presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, e Edmundo Martinho, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A ministra Ana Mendes Godinho elogiou “a aprendizagem conjunta” que foi sendo feita com o progresso da pandemia, lembrando que “a capacitação das instituições para a reabertura das creches é fundamental o apoio do Sector Social” e frisando que “a reabertura das creches e dos CAO só será tranquila e segura se as pessoas se sentirem confiantes”, razão de ser do protocolo assinado.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

FERNANDO MANUEL TORRES, PRESIDENTE DA EMPRESA DE BRAGA

A Torrestir sempre cresceu com as crises

Com 2 mil trabalhadores, uma frota de 1 600 viaturas e 16 plataformas distribuídas por todo o país, o Grupo Torrestir tem uma posição relevante nas áreas da logística e transporte a nível nacional e internacional com operações em Espanha, Alemanha e Moçambique.

No ano passado a empresa faturou 220 milhões de euros. A Covid-19 não confinou nem os objetivos nem o desenvolvimento da Torrestir.

Fundada em 1962, em Braga, a Torrestir é hoje administrada por Fernando Manuel Torres, neto do fundador, que garante em entrevista ao SOLIDARIEDADE que neste ano de pandemia vão ser criados 200 postos de trabalho e serão investidos 45 milhões de euros na nova sede e num centro logístico em Braga.

SOLIDARIEDADE - Como entendeu a Torrestir a responsabilidade social neste tempo de pandemia?

Fernando Manuel Torres - A Torrestir sempre teve um papel muito ativo junto das Instituições de Solidariedade Social pois as empresas e os empresários têm um papel muito importante na ajuda e desenvolvimento das mesmas. A pandemia veio intensificar a ajuda já existente pois fizemos várias parcerias com produtores locais das diversas regiões para os ajudar a escoar os produtos e fazer chegar ao consumidor final. Também fizemos muitos transportes de material médico para várias instituições públicas e privadas. No setor farmacêutico assumimos a responsabilidade do maior transportador a nível nacional, respeitando escrupulosamente as boas práticas do transporte de medicamentos. Passámos a fazer entregas ao domicílio com as várias parcerias criadas com as diversas Associações. À semelhança dos outros anos, intensificámos a ajuda ao Banco Alimentar distribuindo os vários produtos pelas Juntas de Freguesia.

Que relações estabeleceu com o sector social e a CNIS de forma particular?



Reforçamos a nossa ligação e apoio ao sector social com destaque para a CNIS e alguns dos seus Associados. Este trabalho enquadrou-se no Protocolo celebrado com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e assentou na distribuição de diverso material por todo o território nacional.

Que implicações estão a ter na empresa estes meses de Covid-19?

Não somos diferentes das outras empresas e, naturalmente, teve também um impacto grande na nossa empresa. Felizmente não despedimos nem recorremos ao *layoff*, mas tivemos que nos adaptar à nova realidade, implantando medidas muito específicas para a situação previstas no Plano de Contingência que anteriormente havíamos elaborado. Garantimos a segurança a todos os colaboradores, clientes e fornecedores.

Como perspectiva o desenvolvimento da Torrestir no futuro próximo?

A Torrestir sempre cresceu com as crises e sempre investiu. Este ano não vai ser diferente pois vamos criar cerca de 200 postos de trabalho e investir mais de 45 milhões de euros na nova sede e num centro logístico em Braga. Também fizemos aquisição de 119 novas viaturas continuando a garantir um parque atualizado e enquadrado nas atuais exigências ambientais.

Que lições tira um empresário de uma situação de crise mundial como esta?

Ninguém nos preparou para uma situação como esta, mas mais que nunca nós empresários temos um papel fundamental no desenvolvimento económico e social do País. As exigências foram mais que muitas e tivemos que nos reinventar para garantir os postos de trabalho, ajudar os mais desfavorecidos, e responder às novas necessidades que surgiram. Vamos sair mais fortes correspondendo aos anseios que os portugueses têm do sector transportador e, em particular, da Torrestir.

OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS

Empresa de Aveiro produz viseiras e faz doação a instituições sociais

A pandemia da Covid-19, por paradoxal que possa parecer, gerou oportunidades que algumas empresas souberam e estão a aproveitar, não esquecendo a responsabilidade social que a todas deve nortear. As IPSS agradecem, o país também, pois assim torna-se mais autossuficiente.

No caso da OLI, cuja principal produção são autoclismos, a empresa de Aveiro não se limitou a dar resposta a um pedido da Faculdade de Engenharia do Porto, desenvolvendo um produto próprio, concretamente, viseiras, tão necessárias em tempos de novo coronavírus ativo.

“A Faculdade de Engenharia do Porto pediu-nos para, através das impressoras 3D, produzirmos o suporte utilizado nas viseiras”, começa por contar Mariza Gomes, responsável pela

Comunicação e Imagem da OLI, acrescentando: “Porém, como temos capacidade para fazer mais, desenvolvemos um modelo no nosso departamento de moldes e, a partir daí, passámos a produzir viseiras completas com a nossa marca”.

Até final de maio, a OLI já produzira 111 mil viseiras, tendo já exportado 49 mil unidades e doado mais de 60 mil.

Para além da doação direta, em especial às entidades e instituições aveirenses, a empresa doou 4.750 viseiras à CNIS, que procedeu à sua distribuição através das Uniãos Distritais presentes em todo o território nacional.

Tendo iniciado a produção das viseiras logo no dia 3 de março, atualmente, a OLI tem uma capacidade de produção de 280 unidades/hora.



LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

Visitas aos lares de idosos estão a decorrer com satisfação e sem quaisquer problemas

Durante 10 semanas alguns idosos em lar devem ter feito um exercício semelhante aos reclusos que riscam nas paredes os dias que faltam para recuperarem a liberdade. A 7 de Março, quando Portugal registava 21 casos de infeção e nenhuma morte por causa da Covid-19, as visitas a hospitais, lares e estabelecimentos prisionais da Região Norte eram suspensas temporariamente, num anúncio da ministra da Saúde, Marta Temido.

72 dias depois, a 18 de maio, a Direção-Geral da Saúde aceitou agendar o início do regresso das visitas, tendo publicado uma informação que definia os requisitos para que elas fossem retomadas nas Estruturas Residenciais para Idosos e Unidades de Cuidados Continuados Integrados.

Foi o dia da liberdade para muitas dessas pessoas que foram privadas de contactos sociais e familiares sem aviso prévio, pedido de desculpas ou explicação. Quantas dessas pessoas terão vivido estes dois meses e meio sem encontrarem razões para a suspensão da linguagem dos afetos? Quantas dessas pessoas terão vivido a privação das manifestações sentimentais como se de um castigo injusto se tratasse?

Sendo os mais idosos o principal grupo de risco do novo coronavírus a medida foi tomada sem consulta aos próprios, mas com o supremo argumento da própria proteção sanitária. Por outras palavras: para reduzir a probabilidade de morte.

No conjunto do Sector Social Solidário (União das Mutualidades, União das Misericórdias, Confecoop e Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade), haverá cerca de 1.500 lares, com cerca de 80.000 utentes. Só para que se tenha uma ideia, o sector emprega cerca de 340 mil trabalhadores e apoia cerca de 800 mil utentes dos quais 300 mil são idosos.

Para além desses lares do Sector Social Solidário há, também, lares do sector lucrativo e muitos lares ilegais.

No universo das associadas da CNIS, pelo menos 900 Instituições têm lares, com Serviço de Apoio Domiciliário e Centros de Dia e algumas delas também têm Cuidados Continuados. Só no continente são 847 Instituições e cerca de 50 nas Regiões Autónomas. Para além desses lares de idosos há, também os lares residenciais, para pessoas com deficiência.

Em síntese, estima-se que, ao todo, cerca de 150 mil idosos passaram por esta reclusão sanitária a propósito da Covid-19.

Quando ocorreu a primeira morte em Portugal atribuída à pandemia, no dia 16 de



março, o Norte do país era geograficamente o principal foco de contágio e os lares de idosos, à imagem do que se passava noutros países, começavam a ser apontados como o principal alvo da doença, com muitas críticas à mistura pela forma como não se tinham preparado para a situação de emergência. Soube-se, entretanto, que na Casa de Saúde da Idanha, em Belas, arredores de Lisboa, 10 utentes estavam infetados; um lar em Vila Nova de Famalicão fica sem funcionários depois de oito terem dado positivo à Covid-19; em Vila Real, o presidente da Câmara alertava para a existência de 20 utentes e funcionários de um lar infetados com Covid-19. Havia razões para temer o pior.

A organização do sector social solidário, desde os dirigentes máximos aos voluntários,

a ligação direta com os responsáveis políticos, a cooperação ativa com as autarquias, o profissionalismo, a disponibilidade e a versatilidade dos recursos humanos das IPSS, a compreensão e a confiança das famílias, a colaboração cúmplice dos utentes e o exercício estrutural da solidariedade, como modo de intervenção, fizeram com que a situação ficasse sob controlo.

A 9 de maio, a diretora-geral da Saúde, Graças Freitas, dava conta de 450 mortes em lares em Portugal devido à covid-19, mas fazia questão de referir que a situação estava controlada, com uma mortalidade “abaixo” de outros países europeus. “Existe mortalidade nestas instituições, mas em Portugal, felizmente, os números em termos percentuais até se colocam abaixo do que tem sido reportado a nível da Europa”, afirmou a

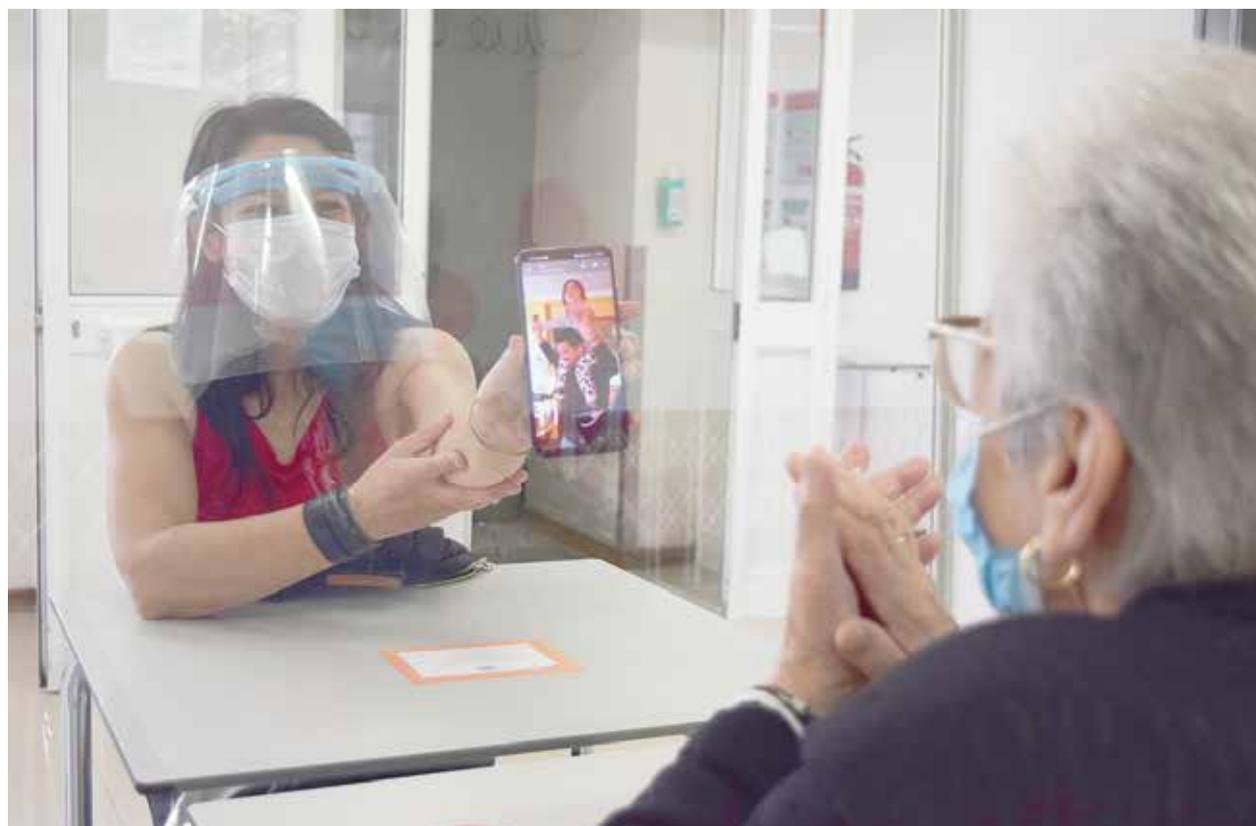
responsável, falando na conferência de imprensa diária relativa à evolução da pandemia no país. Graça Freitas adiantava uma explicação: “Reflete, creio eu, o que tem sido o cuidado intensivo de todas as entidades envolvidas junto destes lares”, falando numa “intervenção precoce” feita pelas autoridades, nomeadamente através de rastreios e da deteção e separação de casos positivos.

O presidente da CNIS, em entrevista à edição de Maio do SOLIDARIEDADE afiançava que “está reinstalada uma certa serenidade e confiança. Durante algum tempo parece que alguém desejava que algo semelhante a outros países acontecesse entre nós. Mas devo referir que a realidade portuguesa é muito diferente: estas instituições, que brotam das comunidades, têm muita qualidade, têm dirigentes voluntários muito diligentes e têm trabalhadores muito dedicados.” Como dizia Lino Maia, o trabalho das IPSS fez a diferença: “nunca resvalámos para uma situação incontroável. Houve problemas e continuará a haver problemas. Mas houve controlo para conter a sua dimensão. E há muita arte e muita dedicação, muito coração e muito engenho para minorar e vencer as dificuldades.”

O padre Lino Maia foi o primeiro a falar na necessidade dos idosos voltarem a ter direito ao afeto a que estão habituados nos lares que frequentam. “As instituições têm recorrido a muitos meios para manterem as famílias em contacto com os seus Idosos em lares. Pelo telefone, pela Internet, por mensagens e pelos meios que as novas tecnologias proporcionam... Os idosos estão encerrados nos seus lares há mês e meio... Temos de começar a anunciar que esta situação não é para eternizar, que vai ter um fim e, quanto possível, temos de situá-lo...”

18 de maio. Foi a data anunciada contra a vontade da União das Misericórdias que defendia a necessidade de mais tempo para se preparar o desconfinamento.

A Direção-Geral da Saúde determinou que as instituições deviam criar um plano de operacionalização das visitas e identificar um profissional responsável pelo processo, informando os familiares e os visitantes sobre as condições das visitas. Devem ser agendadas previamente e deve haver um registo dos visitantes com registo de dados como a data, hora, nome, contacto e residente visitado. Todas as visitas devem cumprir regras de distanciamento físico, etiqueta respiratória e higienização das mãos. As pessoas com sinais ou sintomas de Covid-19 ou que tenham contactado com um caso suspeito ou caso confirmado nos últimos 14 dias não devem realizar ou receber visitas. Além de serem marcadas previamente, as visitas devem ter um tempo limitado, não devendo exceder os 90 minutos. Os visitantes devem utilizar máscara, preferencialmente cirúrgica, durante todo o período de permanência na instituição e não devem levar objetos pessoais, géneros alimentares ou outros produtos. É recomendado que cada utente tenha uma visita por semana, mas este limite “pode ser ajustado mediante as condições da instituição”. Os visitantes não



devem circular pela instituição nem utilizar as instalações sanitárias dos utentes, sendo que poderá ser definida uma instalação sanitária de utilização exclusiva pelos mesmos. A instituição também deve acautelar uma série de medidas, nomeadamente que a visita decorre em espaço próprio, amplo e com condições de arejamento (idealmente, espaço exterior), não devendo ser realizadas visitas na sala de convívio dos utentes ou no próprio quarto, exceto nos casos em que o utente se encontra acamado.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, no balanço do primeiro dia de visitas, considerava que o país estava “dentro de uma nova

normalidade de visitas a lares”, que são “poucas, cuidadosas e programadas”, para diminuir o risco de infeção dos utentes, que representam o segmento da população com maior risco de mortalidade associado à covid-19.

Lino Maia, duas semanas depois do desconfinamento dos idosos em lares, diz ao SOLIDARIEDADE que “as visitas estão a decorrer com satisfação e sem quaisquer problemas e já há muitas instituições em que todos os seus idosos, nomeadamente os não acamados, já receberam uma primeira visita”.

V.M.PINTO (TEXTO)

LAR DE S. JOSÉ, ÍLHAVO

É fundamental não baixar a guarda em defesa dos idosos

A situação que se tem vivido no Lar de S. José, em Ílhavo, é paradigmática dos tempos que vivemos, obrigando as instituições com respostas residenciais para idosos, mas também todas as que acolhem pessoas portadoras de deficiência, a manterem-se vigilantes, empenhadas e sem poderem baixar a guarda na luta contra o novo coronavírus.

Com 12 mortes registadas, entre um total de 54 utentes, desde que a pandemia foi decretada e o estado de emergência foi, pela primeira vez, instituído em Portugal, a IPSS ilhavense tem vivido um autêntico carrossel de emoções e de... incertezas.

Assim, depois de 30 utentes e 15 funcionários terem testado positivo no início de março, que redundou nos 12 falecimentos devido à Covid-19, já a 24 de abril tudo parecia estar no bom caminho, com praticamente todos os positivos a testarem negativo. Nesta data apenas cinco utentes tiveram resultado positivo, o que deixou os responsáveis pela Estrutura Residencial Para Idosos do Património dos Pobres de Ílhavo mais descansados, mas nunca relaxados.

Os tempos que viveram, em especial os quatro funcionários que durante quatro semanas viveram enclausurados na instituição a cuidar de 30 idosos infetados, não lhes permitiu baixar a guarda, mantendo e incrementando todos os cuidados necessários para que a recuperação dos utentes fosse total, por outro lado, o contágio fosse parado.

Entretanto, nova bateria de testes aos utentes, e apenas aos utentes, na primeira semana de maio, revelou algo que Paulo Edgar, diretor-geral do Lar de S. José, não queria acreditar ser possível: dos cinco utentes que testaram positivo em abril, quatro tiveram resultado negativo, mas outros 16 voltaram a testar positivo.

“Ninguém consegue explicar”, começa por dizer o responsável da instituição, sublinhando: “Os cuidados são os mesmos, não descuidámos nenhuma medida emanada da Direção-Geral da Saúde e do Ministério, e ainda não retomámos as visitas por precaução, mas isto foi um enorme balde de água fria”.

Sem conseguir compreender muito bem o que se passou entretanto, Paulo Edgar adianta como uma explicação plausível o facto de “os resultados negativos que tivemos em abril serem falsos negativos, que potenciaram o contágio dos outros utentes”.

O único aspeto positivo da situação que se vivia no Lar de S. José é que todos os utentes que testaram positivos se mantiveram sempre assintomáticos.

“Nem se nota que testaram positivo. Estão



isolados dos restantes utentes no primeiro andar, mas fazem a vida deles normalmente, sem qualquer sintoma”, afirma Paulo Edgar.

Entretanto, no dia 28 de maio foi realizada nova testagem a todos os utentes e, surpresa das surpresas (e das boas!)... apenas dois utentes testaram positivo.

“Isto deixa-nos satisfeitos, mas não é para ficarmos aliviados. É sinal que o que estamos a fazer, estamos a fazer bem, mas temos que continuar com todos os cuidados exigidos para ver se, de uma vez por todas, nos livramos do vírus que é muito perigoso”, sustenta.

As dúvidas e incertezas assolam os responsáveis da instituição de Ílhavo, principalmente porque ninguém consegue dar uma explicação para este carrossel de testes positivos, negativos e, novamente, positivos...

“As pessoas valorizam demasiado os testes, mas o que interessa são as pessoas e como elas se sentem, disse-nos a delegada de Saúde”, revela Paulo Edgar, que conta uma situação, no mínimo, caricata: “Um dia depois de termos feito estes últimos testes, uma utente, por outras questões de saúde, teve que ir ao Hospital de Aveiro. Lá fizeram-lhe o teste que deu positivo, sendo que o teste que fez na instituição na véspera havia dado negativo”.

São estas situações que levam o diretor-geral do Lar de S. José a reafirmar que “há que manter todos os cuidados”.

Neste momento, a instituição gasta cerca de 200 euros por dia em Equipamento de Proteção Individual para os 15 funcionários, um montante difícil de comportar, até porque a instituição vinha de momentos complicados em termos financeiros e que, aos poucos, estava a conseguir estabilizar.

Como ajuda atualmente conta com o apoio da Câmara Municipal de Ílhavo, que tem fornecido algum material de proteção e higienização, depois de na fase mais crítica da pandemia, em que o mercado não conseguia responder e quando o fazia os preços eram demasiado elevados, ter contado com a solidariedade da população e das empresas ilhavenses.

Para Paulo Edgar, é fundamental não baixar a guarda, nem dormir à sombra dos testes negativos. Isto é uma mensagem que deve ser assimilada por todos os dirigentes e trabalhadores das IPSS por todo o país, pois quando menos se conta pode-se levar com um balde de água fria.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

PRÉ-ESCOLAR REABRIU COM POUCOS PETIZES E MUITOS CUIDADOS

Não há coronavírus que tire o sorriso às crianças na hora do regresso à escola

Dois meses e meio depois, as crianças do Pré-escolar regressaram à escola e reencontraram os amigos e as amigas, os educadores e os auxiliares e voltaram a todos aqueles cantinhos de um espaço que também é as suas casas e onde são bastante felizes.

Sim, porque é de felicidade que se fala. O SOLIDARIEDADE acompanhou a reabertura do Pré-escolar do Pólo de Guimarães da Obra Social do Sagrado Coração de Maria, mais conhecido por Colégio de Vila Pouca, e era bem visível o ar de felicidade dos petizes ao estarem onde estavam e com quem estavam.

Mas não se pense que esta imensa alegria que as crianças sentiram no regresso os faz esquecer das mais-valias da quarentena, fechados em casa e sem grandes (ou nenhuns) convívios sociais.

“Foi chato e foi bom” é a expressão usada por um deles que resume os sentimentos dos catraios quando questionados como fora o confinamento caseiro.

“Foi chato porque estávamos em casa, mas foi bom estar com a família”, disse um deles, ao que uma menina acrescentou: “Foi bom jantarmos todos juntos”.

No dia da reabertura, 1 de junho, Dia Mundial da Criança, a presidente da Unicef Portugal desafiou o ministro da Educação a ouvir as crianças, não para decidirem, mas para contribuírem com os seus testemunhos para a melhoria dos sistemas de que dispomos.

A maioria confessou que estava muito ansiosa por voltar e a alegria por ali estarem estava bem espelhada no brilhoso dos seus olhos.

A turma, de crianças com cinco e seis anos, os chamados «finalistas», estava ainda no parque infantil da instituição e preparava-se para finalmente regressar à sala, que desde setembro a acolhe na instituição e que as crianças não viam há dois meses e meio, para um dia pleno de brincadeiras.

Também foi assim, na APAC – Associação Popular de Apoio à Criança, de Póvoa de Santa Iria.

Com a presença de 67 das cerca de 200 crianças que habitualmente frequentam o Pré-escolar na instituição do concelho de Vila Franca de Xira, José Casaleiro, presidente da APAC, referiu a alegria que foi “ouvir novamente as crianças a brincar” na instituição.

Apesar de esperar um número maior de crianças, José Casaleiro mostra-se convicto que com o fim da tele-escola, no dia 26 de junho, mais crianças regressem ao Pré-escolar e às Atividades de Tempos Livres (ATL).

E para que o sentimento de felicidade das crianças neste regresso não seja quebrado, ambas as instituições implementaram todo um conjunto de procedimentos, seguindo as orientações da Direção Geral da Saúde (DGS), separando percursos, colocando muita sinalética e instruindo trabalhadores, pais e, quando possível, as crianças.

“Todos os sectores trabalharam com grande



sentido de responsabilidade e criámos mesmo planos de contingência para cada sector. E, seguindo as orientações da DGS, temos os máximos cuidados possíveis”, refere José Casaleiro.

Em Guimarães, a irmã Manuela Queirós destaca “a incerteza das medidas em cima da hora”, para além de todo um “reajustamento de rotinas, alteração das metodologias de trabalho e na organização do pessoal”.

Em termos de frequência, se na APAC os números da creche são iguais aos do Pré, na OSSCM na creche cifrou-se por um regresso de 50% dos bebés e abaixo da metade no caso do Pré-escolar.

Ainda assim, a irmã Manuela Queirós realça as qualidades do complexo da instituição, onde os espaços ao ar livre são vários e de excelentes dimensões.

Durante a quarentena, em Guimarães houve pessoal que, durante o mês de abril, esteve em lay off, tendo regressado todo o pessoal em maio. Já na Póvoa de Santa Iria “não foi ninguém para o lay off”, porque, segundo José Casaleiro, “são os trabalhadores que defendem o emblema da APAC, enquanto os pais estão apenas de passagem”.

E apesar da “quebra de receita substancial” que a instituição sofreu, a APAC reduziu a participação familiar em 25%, tendo chegado aos 40% em alguns casos mais complicados.

Também, em Guimarães, a OSSCM acusa redução nos montantes da prestação familiar, lembrando a responsável a despesa não habitual

que agora o é com os equipamentos de proteção individual.

Apesar do regresso seguro das crianças, em ambas as instituições espera-se que mais crianças voltem.

“O meu maior receio é que as crianças não venham, porque as crianças precisam disto e as equipas também”, afirma Luís Miguel Pereira, coordenador pedagógico do Colégio de Vila Pouca.

Inicialmente previsto para reabrir também no dia 1 de junho estava as ATL. No entanto, o Governo optou por adiar essa reabertura, ficando agendada para dia 15 de junho.

Esta alteração apanhou as instituições de surpresa, porque o anúncio da mesma apenas foi comunicado no dia 29 de maio, a dois dias (fim-de-semana) da data inicialmente prevista.

“Temos tudo pronto para as ATL abrirem. Como não sabíamos de nada antes de sexta-feira, preparámo-nos para a reabertura. Não é trabalho perdido, mas...”, sustenta a irmã Manuela Queirós.

Também José Casaleiro ficou desagradado com o timing do anúncio do adiamento por 15 dias: “A calendarização falhou. Só soubemos às 18h00 de sexta-feira pela comunicação do primeiro-ministro. Andou a equipa a preparar tudo para darmos a melhor resposta e só soubemos em cima da hora. E na segunda-feira ainda apareceram duas crianças para as ATL”.

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ JUNHO

370 mil mortos e mais de seis milhões de infectados

A pandemia de covid-19, já fez pelo menos 370.261 mortos em mais de seis milhões de casos registado sem todo o mundo, indica um balanço da agência France-Pressé referente ao último dia do mês de maio.

No total, foram oficialmente diagnosticados 6.113.340 casos em 196 países e territórios desde o início da pandemia em dezembro de 2019, dos quais 2.520.800 foram considerados curados.

Os países com mais mortes são o Brasil, com 956, Estados Unidos (698) e México (364).

A AFP alerta que o número de casos diagnosticados reflete apenas uma fração do total real de infeções, pois alguns países estão a testar apenas pacientes gravemente doentes e com internamento hospitalar, enquanto outros usam o teste como uma prioridade para o rastreamento, e muitos países pobres têm apenas capacidade limitada de rastreamento.

Os Estados Unidos, que registaram o primeiro caso no início de fevereiro, são o país mais afetado tanto em número de casos como em número de mortos, com 104.051 mortes em 1.778.515 casos, e pelo menos 416.461 pessoas foram declaradas curadas.

Depois dos Estados Unidos, os países mais afetados são o Reino Unido, com 38.489 mortos em 274.762 casos, a Itália, com 33.415 mortos (233.019 casos), o Brasil (28.834 mortos em 498.444 casos) e a França (28.802 mortos em 188.882 casos).

Entre os países mais atingidos, a Bélgica continua a ser o que apresenta maior número de mortes face à sua população, com 82 mortes por cada 100.000 habitantes, seguida pela Espanha (58), Reino Unido (57), Itália (55) e França (44).

A China (excluindo os territórios de Macau e Hong Kong), onde a pandemia teve início no final de dezembro, contabilizou oficialmente um total de 83.001 casos (dois novos entre sábado e hoje), dos quais 4.634 mortos (zero novos) e 78.304 curados.

O Ruanda anunciou a primeira morte ligada à covid-19 no seu território.

A Europa totalizava, no final do mês de maio, 178.080 mortes em 2.151.192 casos, os Estados Unidos e o Canadá 111.399 mortos (1.869.442 casos), a América Latina e Caraíbas 50.711 mortes (990.972 casos), a Ásia 16.273 mortos (542.951 casos), o Médio Oriente 9.487 mortes



(404.261 casos), África 4.179 mortes (145.962 casos) e a Oceânia 132 mortes (8.565 casos).

O balanço foi realizado a partir de dados recolhidos pela agência France-Pressé com base nos dados das autoridades nacionais e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Portugal, no mesmo período, com 1.410 mortes registadas e 32.500 casos confirmados, é o 24.º país do mundo com mais óbitos e o 28.º em número de infeções.

+ DE 3000 CLIENTES em todo o país

SOFTWARE INTEGRADO

- GESTÃO DE ENTIDADES DO SETOR SOCIAL
- GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

GRATUITO para clientes F3M

OFERTA DE SOFTWARE

- SOFTWARE DE GESTÃO DE SURTOS [COVID-19]
- SOFTWARE DE PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

REFORÇO DAS AÇÕES ONLINE

INVISTA EM FORMAÇÃO!

Consulte o Plano de formação 2020!!!

F3M Information Systems, S.A.
 contacto@f3m.pt | www.f3m.pt
 PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE

A ESPERANÇA DE VIDA SEGUNDO O INE

83,5 anos para as mulheres e 81 para os homens

A esperança de vida à nascença em Portugal foi estimada em quase 81 anos (80,93), sendo 77,95 anos para os homens e 83,51 anos para as mulheres no período 2017-2019, indicam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo o INE, estes valores representam, relativamente a 2016-2018, um aumento de cerca de dois meses de esperança de vida para os homens e de um mês para as mulheres, refletindo uma subida dos ganhos de longevidade relativamente a 2016-2018 (0,48 meses para homens e 0,24 para mulheres).

No espaço de uma década - e ainda de acordo com as tábuas de mortalidade para Portugal por sexo e para o total da população residente - verificou-se um aumento de 1,99 anos de vida para o total da população, ou seja, 2,11 anos para os homens e 1,64 anos para as mulheres.

Contudo, enquanto nas mulheres esse aumento resultou sobretudo da redução na

mortalidade em idades iguais ou superiores a 60 anos, nos homens esse acréscimo foi maioritariamente proveniente da redução da mortalidade em idades inferiores a 60 anos.

Simultaneamente, e de acordo com os dados divulgados, a esperança de vida aos 65 anos atingiu 19,61 anos para o total da população.

Assim, aos 65 anos os homens podem esperar viver mais 17,70 anos e as mulheres mais 21 anos, o que representa ganhos de 1,22 anos (homens) e de 1,26 anos (mulheres) nos últimos 10 anos.

Os dados INE confirmam que as mulheres continuam a viver mais anos do que os homens. Contudo, a expectativa de vida de homens e de mulheres tem vindo a aproximar-se, com os maiores ganhos a registarem-se na população masculina.

“Nos últimos 10 anos, a diferença na esperança de vida à nascença de homens e mulheres diminuiu de 6,03 para 5,56 anos”, diz o INE.

Paralelamente, para o período 2017-2019 estima-se que 37,6% dos nados-vivos do sexo masculino e 58,6% dos nados-vivos do sexo feminino sobrevivam à idade de 85 anos se sujeitos ao longo das suas vidas às condições de mortalidade específicas por idade observadas neste período.

“Para o período 2007-2009, estes valores eram, respetivamente, 29,9% e 50,6%, para homens e mulheres”, indica o INE.

Por outro lado, no período 2017-2019, a maioria dos óbitos (65,8%) ocorreu em idades iguais ou superiores a 80 anos, tendo sido neste grupo etário que se concentraram aproximadamente metade dos óbitos masculinos (55,7%) e três quartos dos óbitos femininos (75,4%).

A idade mais frequente ao óbito para homens foi 86 anos e para as mulheres 88 anos, quando há 10 anos era 85 anos para os homens e 87 anos para as mulheres.

INTERNAMENTOS SOCIAIS

Mais de 1.500 camas de hospitais públicos ocupadas por pessoas que já tiveram alta

Mais de 1.500 camas dos hospitais públicos são ocupadas por pessoas que já tiveram alta, mas que se mantém internadas por falta de resposta extra-hospitalar, correspondendo a 8,7% dos internamentos, revelam dados da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH).

Num total de 17.826 internamentos registados no dia 18 de fevereiro, 1.551 eram “internamentos inapropriados”, mais 722 (mais 87%) face à edição anterior do Barómetro de Internamentos Sociais, um aumento para o qual contribuiu a subida da cobertura da amostra do estudo, que passou de 79% das camas na terceira edição do barómetro para 90% na edição atual.

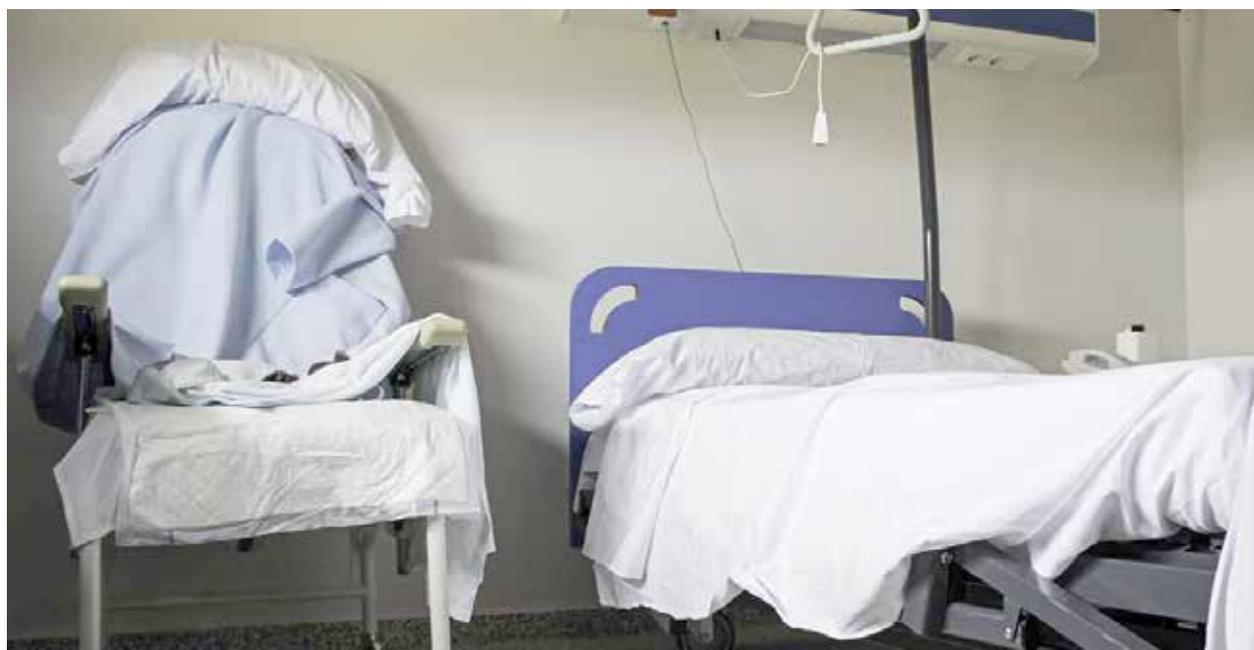
O número total de dias de internamentos sociais foi de 119.971, sendo de 77,4 dias a demora média nacional por internamento inapropriado, menos 21% que na edição anterior do barómetro que vai na quarta edição.

Lisboa e Vale do Tejo são as regiões com maior número de internamentos sociais, representando 81% do total, refere o estudo, segundo o qual 80% destes doentes têm mais de 65 anos.

Em declarações à agência Lusa o presidente da APAH, Alexandre Lourenço, adiantou que o estudo abrangeu 40 entidades do SNS e do Serviço Regional de Saúde dos Açores, mais sete comparativamente à edição anterior, e “teve uma cobertura de cerca de 90% do total de camas”, mais 9,6% face ao último estudo.

Para Alexandre Lourenço, o número de internamentos sociais (8,7%, mais 4% do que no ano anterior) é “muito esmagador”.

“Cerca de um em cada dez internamentos são desnecessárias e poderíamos estar a prestar cuidados mais adequados fora das instituições a estes doentes”, afirmou.



“Também é muito marcante o valor financeiro associado, que ultrapassa os 180 milhões de euros”, sublinhou, considerando que acaba por ser “um desperdício” porque podia ser aplicado no desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados continuados ou no desenvolvimento de respostas sociais.

“Seria muito melhor utilizado e com melhores resultados para a saúde dos doentes que se mantém internados por falta de respostas extra-hospitalares”, justificou.

Como razões para o aumento do número destes internamentos, apontou a “cobertura maior” deste barómetro relativamente às edições anteriores, que permite obter “um retrato melhor da situação nacional”.

Apesar de estes doentes terem alta clínica, a

maior parte permanece no hospital (57%) porque está a aguardar vaga da Rede Nacional de Cuidados Continuados, 16% por incapacidade de resposta familiar ou do cuidador e 9% aguardam vaga num lar da terceira idade.

Alexandre Lourenço advertiu que por estarem nos hospitais “mais de dois meses” estes doentes estão sujeitos a uma série de problemas, nomeadamente o risco de infeções hospitalares, a perda de autonomia e de funcionalidade.

“Porque cada dia a mais internado, o doente vai perder funcionalidade e depois vai ser muito mais difícil que a própria família o consiga receber em casa, uma vez que acaba por estar fisicamente muito limitado, necessitando muitas vezes até de cuidados de reabilitação”, sublinhou.

PREPARAR O COMBATE À CRISE SOCIAL

Sector Social Solidário reuniu com o governo a pensar na estabilidade e sustentabilidade das IPSS

Assegurar a estabilidade e robustecer a sustentabilidade das instituições sociais em tempos de nova crise, e que todos dizem ser mais agressiva do que a que vivemos no final da primeira década do novo Milénio, levou os representantes do Sector Social Solidário a reunir com o Governo, a quem entregaram um documento com os principais objetivos e as primeiras e urgentes medidas que devem ser tomadas para mitigar os efeitos nefastos provocados pela pandemia Covid-19. As instituições sociais relembram que no passado recente foram a “almofada social” de Portugal e sabem que o voltarão a ser agora, por isso, pedem apoio ao Estado.

Com o desconfinamento em marcha e o país a voltar lenta e crescentemente à atividade, são cada vez mais visíveis as consequências socioeconómicas da pandemia da Covid-19.

Dois meses de quase inatividade da economia, de redução de rendimentos e da visita do desemprego ao seio de muitas famílias, as instituições sociais sentem já a pressão das carências da população mais vulnerável.

No sentido de mitigar esses efeitos e respondendo a um apelo do Governo, os representantes do Sector Social Solidário reuniram com o primeiro-ministro António Costa e ainda com as ministras de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, a fim de darem a conhecer as principais necessidades já identificadas.

Através de um documento com cerca de 30 medidas concretas que a CNIS, a União das Misericórdias, a União das Mutualidades e a Confcoop consideram essenciais para atacar os problemas atuais e os desafios vindouros em função da pandemia, o Sector Social Solidário deu a conhecer ao Governo os grandes objetivos que considera ser necessário perseguir.

Como foi reconhecido por todos na altura, e ainda o é hoje, as instituições sociais foram a “almofada social” na última crise que Portugal viveu, não vão muitos anos, e que na memória de todos fixou o vocábulo (e não só) Troika.

Por isso, as IPSS e equiparadas querem ver reforçada “a capacidade instalada ao nível dos recursos das organizações sociais do Sector Social nas respostas, diversificadas e permanentes, sobretudo às pessoas em situação de maior carência de forma a se poder responder já às necessidades” e que as medidas a adotar contribuam para “melhorar e alargar as condições de atendimento às populações” perante os pedidos e as necessidades emergentes localmente.

Dar estabilidade e sustentabilidade às instituições sociais é o passo fundamental para que o apoio às populações em tempo de crise possa ser realizado devidamente.

Ao Sector Social Solidário se devem “muitos dos esforços que têm sido desenvolvidos para



a superação da crise”, referiu o presidente da CNIS, na conferência de imprensa no final do encontro com o Governo, acrescentando: “No encontro falou-se da sustentabilidade e estabilidade do Sector e dos novos desafios que virão”.

Tendo a reunião o propósito do Governo auscultar o Sector Social Solidário sobre quais as necessidades para melhor enfrentarem o momento atual e as dificuldades que já se vislumbram no horizonte, o presidente da CNIS referiu que o primeiro-ministro mostrou “sensibilidade e interesse” pelas medidas apresentadas, dando sinais de ter vontade de reforçar os apoios a quem no terreno exerce a proteção social.

O padre Lino Maia adiantou ainda que o chefe do Governo pediu às instituições sociais “que se mantenham resilientes e que continuem a apoiar quem mais necessita”.

Outro dos objetivos a alcançar, segundo o Sector Social Solidário, é a tomada de medidas

para as famílias que se debatem com os novos fenómenos de pobreza, em situação de desemprego e com sobre-endividamento, muito especialmente às famílias com filhos.

E numa altura em que o desemprego cresce exponencialmente, o padre Lino Maia sublinhou que “muitas vezes estas instituições são as que mais empregam em muitas zonas do país” e que isso “tem custos elevados, porque os recursos humanos necessários são muitos”.

Assim, “o Estado tem compromissos, porque a proteção social é uma obrigação do Estado. E quando o Estado pede para proteger, contrata e tem de disponibilizar recursos para tal”, frisou.

Por isso, no documento apresentado ao Governo, uma das primeiras medidas propostas é o ajustamento imediato as participações dos acordos de cooperação aos impactos reais das justas atualizações do salário

mínimo.

“[Quanto a verbas] não houve compromisso nenhum, mas vimos da parte do primeiro-ministro a vontade de reforçar o apoio a estas instituições”, disse o presidente da CNIS, lembrando que “houve uma atualização de 3,5% nos acordos de cooperação e foi também feito o congelamento das comparticipações ou valências que encerraram a sua atividade, mas nunca totalmente, que o Estado continuou a financiar a valores de março, mas não são suficientes para as necessidades”.

Nesse sentido, os representantes do Sector Social Solidário, na primeira audição que o Governo promoveu no sentido de ouvir os agentes socioeconómicos a fim de elaborar o pacote de medidas a tomar no âmbito da retoma do país, sublinharam a importância do reforço de recursos humanos das IPSS e, em especial, do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), tal como a necessidade de robustecer o apoio alimentar aos mais carenciados, uma vez que, neste momento, as instituições já têm sido inundadas por pedidos de ajuda de pessoas a quem a pandemia agravou a situação socioeconómica.

Em concreto, foi proposto um reforço do SAD para as pessoas mais necessitadas, nomeadamente idosos e pessoas com deficiência, pois, “em tempo de pandemia, as pessoas que usufruem deste serviço estão mais seguras em casa, pois estão isoladas”.

“Os idosos e pessoas com deficiência precisam de mais apoio e esse apoio tem custos”, frisou o presidente da CNIS, referindo ainda que o primeiro-ministro mostrou sensibilidade para efetivar esse robustecimento “do apoio domiciliário e de mais recursos humanos para os lares”.

Solicitando que as medidas a tomar pelo Governo incluam a identificação das situações sociais mais urgentes, as instituições sociais destacaram as necessidades alimentares já evidentes em numerosas comunidades.

Nesse sentido, o Sector Social Solidário solicitou aumento dos protocolos do PO APMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), “revendo o custo das despesas administrativas e da distribuição”, e das Cantinas Sociais, já em funcionamento, “para que se possam distribuir mais refeições a pessoas ou famílias”.

Um reforço do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social), nomeadamente pela “introdução de vales de acesso a bens essenciais” por períodos determinados e sempre com o recurso a produtos nacionais para ao mesmo tempo dinamizar a economia local e nacional.

O propósito das instituições sociais passa por responder de imediato à vulnerabilidade, desproteção e conseqüente risco a que as pessoas ficam expostas nas dimensões básicas de subsistência.

A reunião, que decorreu na Residência Oficial do Primeiro-ministro, no dia 27 de maio, contou, para além dos membros do Governo e do presidente da CNIS, com Manuel Lemos, da União das Misericórdias Portuguesas, Luís Alberto Silva, da União das Mutualidades Portuguesas, e Rogério Cação, da Confecoop.



Três aspetos positivos da crise e seis pontos a atender para o futuro

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Sobre os últimos meses e da forma como o País e as autoridades públicas reagiram à pandemia retiro três aspetos positivos.

O primeiro tem a ver com o elevado nível de civismo observado pela generalidade dos cidadãos.

O segundo é o facto de termos assistido a uma espécie de renascimento do Serviço Nacional de Saúde, que parece ter saído de um passado em que muita coisa parecia perdida, para uma situação de afirmação e competência que muitos não lhe reconheciam. Em termos sociais, os ganhos de prestígio e credibilidade conquistados em termos de opinião pública pelo Serviço Nacional de Saúde são assim o segundo resultado positivo da pandemia.

O terceiro aspeto positivo tem a ver com a forma e metodologia como foram concebidas e preparadas as medidas no plano da economia. Refiro-me, neste particular, à visível preocupação que houve por parte dos poderes públicos em envolver os Parceiros Sociais. Isso aconteceu não só no plano da economia, mas também no plano social. Na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da União das Misericórdias Portuguesas pude acompanhar de perto a construção de compromissos estabelecidos entre instituições sociais da sociedade civil e os poderes públicos para resolver problemas inesperados, alguns deles envolvendo aspetos de grande intensidade emocional e apreciei a forma como foram sendo resolvidos.

Prevaleceu a ideia do compromisso por contraponto à imposição. Trata-se do caminho adequado para responder aos desafios de um tempo de extrema complexidade, dinamismo, mobilidade e fragmentação, acompanhado de crescentes interdependências e aumento da imprevisibilidade. Estes são fatores que apontam para a vantagem do reforço de mecanismos de concertação, como instrumento de um novo modelo de governação, que poderá contribuir para a melhoria da qualidade das

políticas públicas, do reforço da legitimação política e do robustecimento da coesão regional e social.

Em relação ao próximo futuro há alguns pontos que me parece essencial serem observados.

O primeiro tem a ver com a afirmação do Estado. A situação atual reclama uma intervenção muito musculada por parte do Estado, doutro modo o desastre social surgirá muito rapidamente.

O segundo resulta da constatação que o combate ao desemprego passa por um apoio maciço às empresas como antes nunca aconteceu. A prioridade aqui é não perder o capital já investido. É fundamental que não se perca a capacidade de oferta que existe em muitas empresas. Essa capacidade está lá e o conhecimento profundo de mercados exigentes em qualidade e altamente competitivos também existe. O objetivo é não soçobrar nos próximos meses, porque recomeçar de novo tornar-se-ia uma tarefa hercúlea, quase impossível. A essência deste ponto é também de natureza social, porque se trata de um fator decisivo para a manutenção de postos de trabalho.

O terceiro tem a ver com a simplificação de procedimentos que deve ser assumida por todos os intervenientes. Aos beneficiários ter-se-á de transmitir a mensagem que se alguma ligeireza na análise dos pedidos feitos tiver lugar, corresponderá um apertado controlo feito posteriormente, com a possibilidade de existir pesadas sanções para todos os que tenham tido comportamentos abusivos.

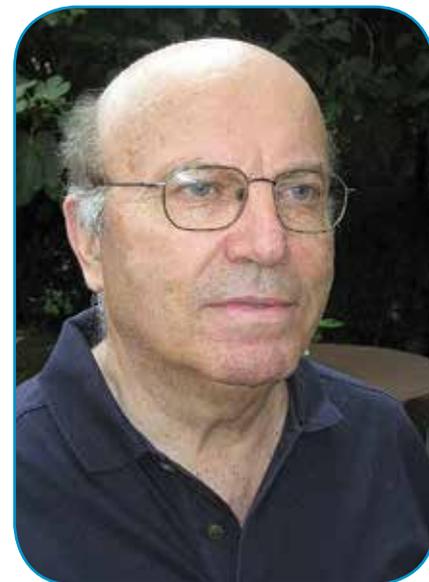
O quarto ponto é reforçar a ideia da componente ética e social da função empresarial. Grande parte das empresas estão pouco capitalizadas o que torna difícil fazer cumprir um princípio essencial para a consolidação do tecido económico e social, qual seja garantir que os lucros de hoje não podem ser desbaratados em consumos supérfluos. O princípio a respeitar é simples de enunciar: os lucros de hoje são os investimentos de

amanhã e os empregos de depois de amanhã.

O quinto ponto tem a ver com a atitude que resulta desta pandemia ir conduzir a profundas mutações na organização da produção, nomeadamente nas cadeias de valor, na logística e no abastecimento seguro de matérias-primas. Portugal pode retirar vantagens desse processo, no sentido de se posicionar na afirmação de setores de atividade que terão de ser refundados no continente europeu, nomeadamente na área industrial.

O sexto ponto tem a ver com o combate à pobreza e às desigualdades. Uma sociedade em que grassam desigualdades de todo o tipo não pode almejar a ser desenvolvida, nem livre, porque está provado que as desigualdades são, em si mesmo, um obstáculo ao desenvolvimento. O combate à pobreza e às desigualdades terá de beneficiar de uma perspetiva que vá para além de um igualitarismo de fachada, que conduz normalmente ao aumento de subsídios, mas não faz desaparecer a verdadeira pobreza, moral e material. Aqui deve merecer atenção prioritária a formatação de políticas públicas de natureza social que privilegiem a proximidade aos potenciais beneficiários, um alto nível de coordenação entre diferentes departamentos da administração pública, autarquias locais e um forte envolvimento das instituições de solidariedade social.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



Pandemia e tensões políticas

É hoje evidente que, para além das suas consequências sanitárias, o chamado novo coronavírus está a provocar, um pouco por toda a parte, inegáveis tensões de ordem política. Algumas delas podem ser de natureza interna, mas outras há que acabam por mexer com as relações internacionais. Entre estas, merece especial referência a que afecta particularmente as relações entre os Estados Unidos e a República Popular da China, de tal modo que já se fala mesmo numa nova guerra fria, protagonizada agora por estes dois países.

Apesar da insistência do presidente norte-americano nas suas acusações contra o regime de Pequim, a grande maioria da opinião pública internacional não acredita que o governo chinês tenha sido direta e conscientemente responsável pela criação e disseminação da Covid-19, mesmo que alguns aceitem que ele possa ser acusado de não ter feito o suficiente para alertar atempadamente o mundo para o que poderia vir a acontecer. Isto como resultado das experiências que vinham tendo lugar nos seus laboratórios da cidade de Wuang. De qualquer modo, parece que Donald Trump perdeu mais uma batalha, ele que já estava envolvido numa perigosa guerra comercial

com a China.

Mas se Donald Trump parece ter perdido esta batalha, tudo indica que ele corre o risco de perder também outra guerra que para ele é muito mais importante: falamos das próximas eleições presidenciais americanas. Embora com enorme surpresa, tendo em conta que já era conhecida a sua personalidade humana e política, ele conseguiu, durante meses, uma posição de grande favorito à vitória que, apesar de chocante, aparecia como certa em todas as sondagens. Era uma vitória, alicerçada na aposta de uma política económica populista, mas que tinha a capacidade de seduzir uma grande parte dos eleitores americanos. Até que, inesperadamente, este cenário foi completamente alterado pela chegada da Covid-19. Primeiro, foi o número catastrófico das vítimas que já provocou e continua a provocar; depois, pelos seus efeitos devastadores na economia em geral e no desemprego em particular. O grande argumento para o triunfo eleitoral de Donald Trump esvaiu-se no curto espaço de dois meses. Pelo menos aparentemente.

Acrescente-se, no entanto, que as repercussões políticas da pandemia que atingiu o mundo de forma mais ou menos grave não se ficam por aqui. O país

que maior interesse mediático provocou a nível internacional, e particularmente entre os portugueses por motivos bem conhecidos, é certamente o Brasil. E isto, graças a um presidente cujo comportamento e estilo de comunicação não deixam de surpreender e chocar todos aqueles que, diariamente, tentam acompanhar a vida social e política do mais populoso estado da América do Sul. As últimas notícias dão conta do agravamento cada vez mais perigoso da situação social e política daquele país que, por razões históricas bem conhecidas, nos é tão querido.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Os velhos

1 - “É na velhice que o amor resplandece. Abstrai a flama do corpo, compenetrado até se cumprir em alma. A partir dela, o que vê também sobe. E, aí, ganha luminescência, talvez forma nítida de graça e nostalgia a reter sua transparente mágoa.

Plena, então, rompe a velhice os selos da inteligência. A dos afectos, a abrir-se, dá com a clara surpresa de sumirem-se limites por onde as imagens entram e se amam mútuas. Felizes como o arroubo que as sustenta.”

Fui buscar a Fernando Echevarría, poeta com 91 anos feitos, estes versos que integram o seu livro, publicado em 2018, “Via Analítica”.

2 - Tenho ainda uma ideia muito nítida da reportagem de televisão que nos deu conta da primeira visita a Portugal de Luís Sepúlveda, escritor chileno que, exilado da ditadura de Pinochet, tinha vindo ao nosso País cheirar o perfume de Abril, pouco depois da Revolução, como tantos outros artistas e escritores, de que é também exemplo o último Prémio Pessoa, Chico Buarque de Holanda.

Na altura, havia ainda fronteiras, e Luís Sepúlveda teve que percorrer esse viático, para entrar em Portugal.

Na fronteira, um polícia, ou um militar – como então se usava -, confrontado com o nome constante do passaporte, fez um compasso de espera: que Luís Sepúlveda, lembrado da experiência sinistra da polícia e da tropa no seu País, acolheu com algum temor.

Para logo verificar que a causa do compasso de espera da autoridade aduaneira não era motivado pelo seu currículo de revolucionário político; mas decorria antes de ter reconhecido o escritor, perguntando-lhe se o Luís Sepúlveda que tinha à sua frente era o escritor que tinha escrito “O Velho Que Lia Romances de Amor”.

Sepúlveda, que tinha das chamadas “autoridades” a ideia de que o que liam – e muitas vezes tresliam - eram apenas ordens de serviço ou normas de execução permanente, ficou perplexo com a noção, então apreendida empiricamente, de que, no Portugal renovado, para além dos velhos, até os polícias, ou os soldados, liam romances de amor.

Luís Sepúlveda morreu de COVID-19, após uma longa luta contra o vírus, tendo-se-lhe manifestado a doença após mais uma vinda a Portugal, ao Festival Correntes de Escrita, na Póvoa do Varzim, que costumava frequentar.

E morreu num hospital das Astúrias, Região espanhola onde veio viver após se ter exilado do Chile.

3 - Lembrei-me de Fernando Echevarría, para introduzir a crónica, por três razões:

Em primeiro lugar, por Echevarría, sendo embora um poeta português, ter nascido na Cantábria, região do Norte de Espanha vizinha das Astúrias.

Em segundo lugar, por, aos 90 anos, para além de permanecer como um poeta cimeiro da nossa língua, ser nela quem melhor trata – a meu ver, claro! - o tema da velhice.

E, finalmente, por ser um homem do Porto (“Do outro lado do rio/a esta hora é de noite”).

(Já agora, e a propósito do polissémico termo viático, que usei acima, segue um link, como agora se usa fazer, para um outro poema do mesmo livro de Echevarría,

EMAÚS:

“O que diziam entre si supunha a emergência de um corpo. Da catástrofe duma fé, sustentada na figura, em estado, agora, de feliz saudade. Ou de aura a deduzir-se dessa dúvida que, implícita, a conversa levantasse a via doce e a verdade oculta, contudo a, devagar, desocultar-se. Mormente quando essa aura augusta, ganhando voz e aparecendo imagem, aos poucos reproduz o que foi sua paixão de Verbo, veemente carne a dar-se em sacramento e em altura. Resplandecendo em sua vera face.”)

4 - Uma das consequências mais visíveis da actual crise mundial, por causa do novo coronavírus, tem que ver com o estatuto dos velhos nas sociedades modernas, vítimas principais da infecção e da mortalidade associada.

Para além das banalidades que é uso debitar a esse propósito – como a de que ao aumento da esperança de vida não corresponde necessariamente uma vida de qualidade, ou de que o mesmo aumento da



longevidade introduz uma pressão insustentável nos sistemas de protecção social e prejudica as novas gerações, “espoliadas” pelos seus pais e avós – a marginalização social e do espaço público dos mais velhos, a pretexto da sua “protecção”, entrou, como uma inevitabilidade, no discurso dominante.

Todos esperamos a vitória dos homens contra o vírus.

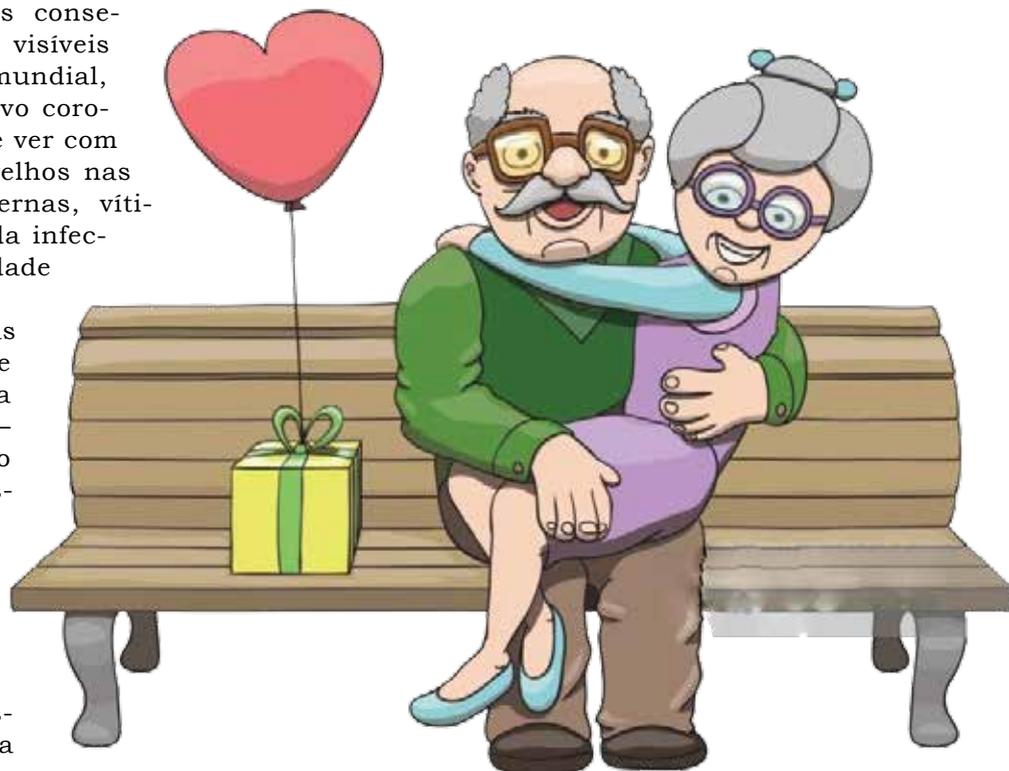
Mas essa vitória virá acompanhada de uma crise económica e social profunda.

Já algumas vezes, próximas do poder, vêm sugerindo que os cortes das pensões não serão a primeira opção.

Isto significa o quê? Que serão a segunda opção, fazendo regressar os tempos da troika, e esquecendo os compromissos do Primeiro-Ministro?

Acabo com, mais uma vez, Echevarría:

“Apura-se a velhice. A inteligência radicalmente se reduz a afecto sem que, por isso, seu exílio venha reduzir o fulgor do pensamento.”



UNITATE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL, VILA VIÇOSA

Criado Fundo de Emergência para o Sector Solidário para ajudar as IPSS

São já notórios os variados impactos que a crise Covid-19 está a ter na sociedade portuguesa e já antevendo as dificuldades e novos desafios que as instituições sociais vão ter de enfrentar, a Unitate aliou-se à SIC Esperança, à KGSA Advogados e ao Banco Montepio e lançaram, na segunda semana de maio, o Fundo de Emergência para o Sector Solidário (FESS).

O fundo consubstancia-se num instrumento de apoio, desenhado pela Unitate - Associação de Desenvolvimento da Economia Social, cujo principal propósito é a mobilização da sociedade civil em torno da reparação/minimização dos impactos negativos decorrentes da atual crise, sempre por intermédio

das Instituições Particulares de Solidariedade Social portuguesas.

A estruturação do FESS está alicerçada em duas etapas fundamentais: a Fase de Angariação, que decorre até 31 de Dezembro. Neste momento, os diferentes atores sociais (comunidades, empresas, instituições e organismos do Estado) são desafiados a contribuir para o seu robustecimento, tendo para o efeito sido criada uma conta bancária específica (IBAN: PT50 0036 0322 9910 0017 3169 3) para a qual poderão ser canalizados todos os donativos; e a Fase de Aplicação, cujo início ocorrerá previsivelmente em Setembro de 2020. Nesta fase será aberto um período de candidaturas

em que as IPSS poderão solicitar apoio em três âmbitos específicos – aquisição de equipamento de proteção individual (EPI), reconversão de respostas e projetos sociais para supressão de necessidades emergentes e capacitação e promoção comunitária por intermédio dos Serviços de Atendimentos/Acompanhamento Social (SAAS).

A instituição sediada em Vila Viçosa está a desenvolver um método específico que garantirá, de forma acessível, a transparência do resultado da aplicação das verbas, designadamente que permita aos doadores confirmarem que foram, na sua globalidade, aplicadas aos fins de apoio definidos.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

36º aniversário celebrado de forma diferente mas “como a instituição merece”

No passado dia 25 de maio, a Associação de Moradores das Lameiras (AML) assinalou o 36º aniversário.

Fundada a 25 de maio de 1984, a AML trilhou o caminho sempre difícil de ajudar os outros, sendo atualmente uma instituição de referência nas áreas da educação, da terceira idade, da intervenção social em bairros sociais e com pessoas em situação de exclusão e da violência doméstica, entre outras.

Jorge Faria, presidente da instituição, na sessão que assinalou o aniversário salientou que aquela “não era a forma como gostaria de estar a festejar os 36 anos da AML”, mas face ao panorama atual importante era não deixar passar a data em branco.

“Conseguimos assinalar o dia, foi diferente, pois não pudemos festejar dentro do

edifício das Lameiras, como sempre o fizemos, mas foi festejado como a nossa associação merece e respeitando todas as medidas e cuidados”.

O líder da AML sublinhou ainda que o tempo que se vive “é um dos momentos mais complexos das vidas de todos e a associação não é exceção, mas com o empenho de todos de certeza que no próximo ano, o 37º aniversário será celebrado por todos, com abraços e proximidade, certamente a festejar no Edifício das Lameiras, o local onde nasceu a AML”.

No final, Jorge Faria aproveitou para deixar uma palavra de apreço e orgulho por todos aqueles que tem trabalhado arduamente para que os serviços da AML não parem e para que todos os utentes estejam bem.

A instituição convida todos a reviverem, na



sua página de Facebook, alguns dos momentos da história da associação, onde podem ser encontradas imagens desde os tempos da fundação até aos dias de hoje.

AFID DIFERENÇA, AMADORA

Projeto «Comunica-te» para melhorar a comunicação das pessoas com deficiência

A Fundação AFID Diferença candidatou-se ao Programa Academias do Conhecimento, da Fundação Calouste Gulbenkian, com o projeto «Comunica-te».

O projeto é apresentado pela AFID, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa e com o Observatório dos Direitos Humanos, e destina-se a pessoas com deficiência e jovens com necessidades educativas especiais (NEE) e respetivos cuidadores.

O objetivo é “melhorar a comunicação, adaptabilidade e resolução de problemas, criando, ainda, estratégias comunicativas focadas no reconhecimento e na distinção entre a explicação e a narração, capacitando a intervenção técnica e especializada através de instrumentos ou ferramentas facilitadoras”.

O «Comunica-te» encontra-se já na segunda fase da candidatura pelo que a Fundação AFID Diferença tem apelado à ajuda de todos os

que possam, através do voto, ajudar a que seja aprovada a candidatura.

As votações decorrem até ao próximo dia 9 de junho.

A AFID acredita que a problemática das capacidades comunicativas em pessoas com deficiência ainda não está suficientemente trabalhada pelo que importa intervir junto delas e dos cuidadores no que respeita à comunicação, adaptabilidade e resolução de problemas.

A2000 – ASSOCIAÇÃO 2000 DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, SANTA MARTA DE PANAGUIÃO

Angariar cinco mil euros para requalificar as novas instalações de Poiares

A caminho de completar 20 anos de existência, a A2000 de Apoio ao Desenvolvimento abraçou recentemente mais um grande desafio: a mudança para novas e mais amplas instalações.

Com o intuito de tornar a nova casa o mais acessível, acolhedora e funcional possível a instituição vai proceder a algumas modificações, que passam pela reparação das portas exteriores das instalações, adaptação das casas de banho, montagem de uma cozinha para prática simulada e ainda potenciar o conforto, a autonomia e o bem-estar dos utentes.

No sentido de concretizar estes objetivos, a

A2000 lançou uma campanha de angariação de fundos cuja contribuição pode ser feita de forma simples.

Assim, todos os interessados em contribuir para a melhoria do novo espaço da instituição que fica Poiares, no Peso da Régua, pode fazê-lo pelas seguintes duas formas:

Opção 1 - Aceder a partir do <https://novobancocrowdfunding.pt/dar-cor> e seguir os passos indicados no site. Pode contribuir com qualquer montante a partir de 1€;

Opção 2 - Manifestar interesse enviando um e-mail e/ou fazendo um comentário na

publicação na página do Facebook da A2000 para que possam ser contactados e lhe ser fornecida uma referência multibanco.

Para mais informações contactar através do a2000@a2000.pt.

O objetivo é angariar 5.000 euros e a campanha estará aberta até às 18h00 do dia 23 de julho.

O valor de 5.000 euros está orçamentado da seguinte forma: Reparação das portas exteriores das instalações – 1.000 euros; Adaptação das casas de banho – 1.500 euros; Montar uma cozinha para prática simulada - 2.500 euros.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Idosos de Góis e Coimbra ligados em sessões de cocriação do projeto Pharaon

Apesar dos desafios lançados pela pandemia da Covid-19, a Cáritas Diocesana de Coimbra trabalhou com os seus utentes para encontrar soluções para combater a distância e impedir que as atividades de inovação fossem interrompidas.

Assim, reuniu 14 pessoas utentes na Unidade Residencial Sagrada Família, na Cabreira, em Góis, e da Casa S. José em Coimbra, para em dois grupos participarem nas sessões de cocriação do projeto Pharaon.

Este é um projeto internacional que pretende testar alguns serviços e aplicações digitais, que possam vir a ser distribuídos e utilizados

por pessoas mais velhas, com vista à melhoria da sua independência, segurança e capacidades. Uma das formas de alcançar este objetivo é reforçando os recursos comunitários de apoio (como é o caso dos cuidadores formais e informais) aos grupos mais fragilizados de adultos mais velhos.

Os utilizadores finais destas tecnologias têm que ser envolvidos desde o início no projeto, para que as tecnologias desenvolvidas não se mostrem mais tarde desfasadas das verdadeiras necessidades de quem realmente as vai utilizar. Com o formato de pequenas reuniões (focus group), os participantes das duas

ERPI da Cáritas deram as suas opiniões sobre três tecnologias/serviços que fazem parte do projeto. A Incubadora Social, o Campus de Cuidadores e uma aplicação sobre a Cidade e a Natureza são as três tecnologias sob avaliação dos dois grupos de residentes.

As sessões foram dinamizadas por colaboradoras dos dois equipamentos e acompanhadas pela equipa da inovação do projeto através de videochamada.

Refira-se que o consórcio do Pharaon é composto por 42 entidades europeias e é financiado pelo programa de investigação e inovação Horizonte 2020, da União Europeia.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Idosos e crianças partilham experiências do confinamento por videochamada

Promover relações afetivas entre idosos e crianças, bem como a partilha de conhecimentos e experiências é uma das principais preocupações da Santa Casa da Misericórdia de Bragança que, através de diferentes respostas sociais, promove inúmeras atividades intergeracionais.

Devido à sua importância, e mesmo em tempo de pandemia e isolamento social, ainda que em moldes diferentes, as novas tecnologias permitiram manter esta interação.

Exemplo disso foi a dinâmica de trabalho promovida pela instituição entre os utentes da Estrutura Residencial Para Idosos e os alunos do 3.º ano da escola básica do 1.º Ciclo, na qual desenvolveram uma atividade conjunta, através de videochamada, para trocarem experiências pessoais sobre as consequências e vivências destes tempos de Covid-19.

As diferentes abordagens e pontos de vista da atual situação geraram uma dinâmica extremamente interessante sob o ponto de vista psicossocial. A atividade ficou ainda marcada pelas mensagens de incentivo por parte das crianças para os seniores, que corresponderam com imensa gratidão.

A experiência vai ser repetida com alunos dos restantes anos letivos da mesma escola básica. Este tipo de atividades, que desafiam conhecimentos de várias áreas, também são frequentemente promovidos com as crianças dos três centros infantis da Misericórdia de Bragança.

As atividades são pensadas especialmente para promover ganhos aos idosos, no âmbito físico e cognitivo, ao mesmo tempo que se incutem nas crianças valores como o respeito e a solidariedade. Os benefícios são



comprovados, daí que a instituição tenha definido, nos Planos Anuais de Atividades, uma série de estratégias de aproximação entre gerações, fomentando partilha de conhecimentos e saberes de uma forma continuada e não como atividades pontuais.

O envelhecimento ativo e o respeito pelos idosos são ganhos imensuráveis para se ter uma sociedade solidária e respeitadora.

COVID

Z E R O



CONFORTO E SEGURANÇA NA SUA INSTITUIÇÃO

As soluções **COVID ZERO** apoiam a sua Instituição nesta fase de incerteza, garantindo a segurança dos seus utentes e colaboradores em locais limpos, seguros e confortáveis.

Prepare o regresso e garanta os melhores serviços de continuidade, proporcionando toda a segurança nas suas instalações.

TRIVALOR
Servimos bem-estar.

Rua da Garagem, Nº 10
2790-078 Carnaxide
(+351) 210 420 005
E-mail: covid.zero@trivalor.pt



CONTACTOS

covidzero.trivalor.pt



Avaliações de
risco e formação



Saúde e
segurança



Despistes
COVID-19



Limpeza e
desinfecção



Gestão
documental



Segurança
eletrónica



Equipamentos de
proteção individual
e coletiva



Entre outros

SEGURANÇA SOCIAL

Covid-19 faz diminuir saldo em mais de 450 milhões de euros

O excedente da Segurança Social caiu 28,2% para 1.147,4 milhões de euros até abril face ao mês homólogo, refletindo o impacto dos apoios às empresas e famílias aprovados pelo Governo para fazer face à pandemia de covid-19.

De acordo com os dados divulgados no final de maio pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) na Síntese de Execução Orçamental, o saldo da Segurança Social diminuiu 451,4 milhões de euros até abril, por comparação com o mesmo mês de 2019.

Em comunicado, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social refere que o valor do saldo surge em linha com o verificado no passado mês de março (1.159,1 milhões de euros) e acentua que abril foi o mês “em que começaram a ser pagos os apoios excecionais” decididos pelo Governo para mitigar os impactos das medidas de contenção da pandemia de covid-19.

Até abril, a receita efetiva da Segurança Social atingiu 9.805,3 milhões de euros, traduzindo um aumento de 252,8 milhões de euros (+2,6%) face ao período homólogo do ano passado, enquanto a despesa efetiva se cifrou em 8.658 milhões de euros, aumentando mais 704,2 milhões de euros (+8,9%) em termos

homólogos.

Este aumento da despesa, precisa o ministério tutelado por Ana Mendes Godinho, reflete o efeito conjugado do aumento da despesa com pensões e complementos em 225,1 milhões de euros (4,6% do que em abril de 2019), para 5.105,9 milhões de euros, bem como da introdução das medidas excecionais e temporárias no âmbito do surto causado pelo novo coronavírus, que representaram um acréscimo de despesa de 198,9 milhões de euros.

Para a subida homóloga de 8,9% da despesa observada até abril contribuíram também o aumento de 32,6 milhões de euros (31,6%) na prestação social para a inclusão e complemento, para 135,6 milhões de euros, de mais 11,4 milhões de euros (4,5%) no abono de família, para 264,5 milhões de euros, e de mais 31,4 milhões de euros (15,4%) em prestações de doença, para 235,8 milhões de euros.

Por outro lado, a execução orçamental da Segurança Social até abril revela ainda um aumento homólogo de 42,4 milhões de euros (7,5%) com programas e prestações de ação social e um crescimento da despesa com subsídios e transferências correntes, relativos à vertente de formação profissional e de ação

social de 97,3 milhões de euros (29,1%) face a abril de 2019.

Os dados da execução orçamental indicam que a despesa com prestações de desemprego totalizava em abril 432,9 milhões de euros, mais 36,1 milhões do que no mesmo mês do ano passado.

No final de março, a despesa com subsídios de desemprego totalizou 314,4 milhões de euros, sendo inferior em 7,1 milhões de euros do que o valor observado no final do primeiro trimestre de 2019.

Do lado da receita efetiva, a variação registada reflete sobretudo o aumento homólogo das contribuições e quotizações em 231,2 milhões de euros (4%) e das transferências do exterior em 90,9 milhões de euros (21,3%), assim como a diminuição das transferências correntes da Administração Central em 58,2 milhões de euros.

Entre as medidas aprovadas pelo Governo de resposta à covid-19 inclui-se o ‘lay-off’ simplificado, mecanismo que assegura que uma parte da remuneração do trabalhador seja pago pela Segurança Social e isenta a empresa do pagamento de contribuições, sendo apenas entregue a quotização (de 11%) paga pelo trabalhador.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
- TSR - Utentes
- TSR - Bancos
- TSR - Associados
- TSR - Rendas
- TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
- RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE | +351 | 253 408 326
TELEMÓVEL | +351 | 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt **tsr@tsr.pt**

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

Manuel Moreira
 Presidente do Conselho
 de Administração
 da Obra Diocesana de Promoção Social
 Membro da Mesa Administrativa da
 Santa Casa da Misericórdia
 de Vila Nova de Gaia



Esperança, confiança e solidariedade é o caminho

O aparecimento deste vírus desconhecido e muito contagioso, o Covid-19, transformou-se numa verdadeira pandemia à escala planetária. Apanhou-nos a todos desprevenidos e os tempos mudaram para todos.

O Covid-19 está a ser uma verdadeira provação para a humanidade, com todos os constrangimentos, limitações, sacrifícios, sofrimentos e mortos que está a provocar em todo o mundo. Esta pandemia do Covid-19 veio mais uma vez demonstrar a fragilidade humana, apesar do imenso avanço da ciência e da tecnologia.

Estamos ciclicamente a ser surpreendidos com algo que nos é estranho e desconhecido, e logo buscamos ou procuramos encontrar soluções para defender a vida humana e a sua própria sobrevivência. A humanidade aguarda com enorme expectativa a descoberta de uma vacina que nos torne imunes ao Covid-19 e nos permita voltar à normalidade da vida em sociedade. Gostaríamos que isso já tivesse acontecido, mas provavelmente só daqui a alguns meses, que poderá ir até ano e meio. Igualmente se multiplicam iniciativas laboratoriais para desenvolver fármacos que possam minimizar o impacto deste vírus na saúde de todos nós. Temos que ter confiança e esperança de que juntos vamos conseguir vencer esta maldita pandemia do Covid-19.

Esta situação como já se está a ver, está a provocar uma profunda crise económica e social, que temos que enfrentar com muita responsabilidade, inteligência, resiliência, determinação e solidariedade. O Covid-19 pela sua dimensão e impacto na humanidade, veio revelar de forma evidente as desigualdades económicas, sociais, ambientais e geracionais. E é nas camadas economicamente mais frágeis que a crise se vem agravando a níveis imprevisíveis. Impõem-se por isso voltarmos à normalidade possível ou à nova normalidade, como se decidiu chamar a esse regresso em toda a Europa, de que Portugal faz parte integrante. Gradualmente os Países estão

a reabrir, anunciando os seus calendários para o efeito, convivendo com o vírus, mas tendo em consideração os cuidados indispensáveis.

Na União Europeia existem cerca de duzentos milhões de pobres, perante os quais não podemos ficar indiferentes. A União Europeia tem aqui uma excelente oportunidade para consolidar e avançar no projeto europeu, que como europeísta convicto defendo para o futuro, de uma Europa mais forte, unida, desenvolvida, próspera e solidária. Para fazer

face a esta grave recessão económica que temos pela frente, justifica-se um novo Plano Marshall, que com este ou outro nome, seja um verdadeiro programa de recuperação europeia, para defesa do bem-estar e qualidade de vida dos povos europeus. Um verdadeiro sobressalto da alma europeia.

Temos de lutar para que os múltiplos desequilíbrios que esta crise está a revelar, sejam combatidos com políticas locais, nacionais, europeias e globais que coloquem acima de tudo a defesa e os valores da vida.

Dado as funções que atualmente desempenho, no exercício da minha cidadania, em duas instituições do setor social, designadamente, Presidente do Conselho de Administração da Obra Diocesana de Promoção Social, no Porto e membro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, gostava de aproveitar mais esta oportunidade para chamar à atenção do Governo de Portugal para a urgência de se lançar um autêntico Plano de Emergência Social, para fazer face aos problemas graves da sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Misericórdias Portuguesas, que o Estado não pode, nem deve ignorar. O reforço de 59,3 milhões de euros recentemente anunciados pelo Governo, representa apenas uma actualização de 3,5 % das comparticipações previstas nos Acordos de Cooperação celebrados

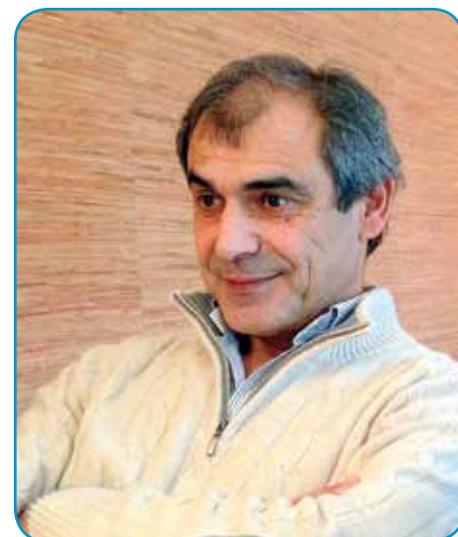
pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, pelas Misericórdias Portuguesas e demais Instituições de Solidariedade com a Segurança Social, o que é manifestamente insuficiente, para fazer face aos seus compromissos financeiros, designadamente ao aumento dos vencimentos dos seus Colaboradores, como é o caso do aumento do salário mínimo nacional, que foi de 5,85 %. A criação desse Plano de Emergência Social ou, com outro nome, deve ser um verdadeiro instrumento financeiro de solidariedade às nossas Instituições. Só assim poderemos salvar muitas delas do seu colapso e, salvaguardar deste modo, os serviços que elas prestam às muitas centenas de milhares de Utentes, bem como, os postos de trabalho, dos respetivos Colaboradores, cumprindo assim a sua nobre missão social e humana em Portugal.

Esta maldita pandemia do Covid-19, da qual está a resultar, como já referi atrás, uma grave recessão económica internacional e nacional, e que está a afetar e muito as empresas, as famílias e as instituições. E como todos sabemos continuamos a ter muitas pessoas, famílias inteiras, em situação de pobreza, e agora a tendência com o crescimento do desemprego, é para aumentar e muito, infelizmente. Daí a importância acrescida das nossas IPSS's e Misericórdias no terreno, na área da infância, juventude e terceira idade, para minimizar e mitigar esta situação de pobreza e vulnerabilidade social.

A coesão social é essencial à vida de uma sociedade, como a portuguesa, visando sempre a redução e eliminação progressiva das assimetrias no desenvolvimento social do País, para a qualidade de vida e a felicidade dos seus cidadãos.

Esperança, confiança e solidariedade tem de ser o caminho, que todos juntos devemos percorrer, para vencermos esta enorme provação da humanidade.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A pandemia como oportunidade para um mundo melhor

Consta que Winston Churchill terá dito que é estúpido desperdiçar uma boa crise. Creio que Churchill se referia ao espaço que as crises sempre abrem para verdadeiras reformas.

As reformas verdadeiras têm basicamente dois inimigos: a) – a inércia; b) - custos muito grandes no curto prazo e ganhos apenas no longo prazo, ou seja, para lá dos ciclos eleitorais ou dos mandatos corporativos.

Por isso, os políticos fogem delas como o diabo da cruz.

Nas empresas a situação é similar e basicamente pelos mesmos motivos. Os gestores são remunerados por resultados imediatos e, por isso, interessam-lhes pouco ganhos a longo prazo à custa do emagrecimento dos lucros de amanhã.

Em princípio esta perspetiva curta deveria ser contrariada pelo interesse acionista. Contudo, não é assim em muitos casos. Frequentemente os acionistas são investidores institucionais, com pouca ou nenhuma ligação afetiva às empresas, que, tal como os gestores, apenas pretendem a valorização rápida das ações para depois poder vender com gordas mais valias. O futuro a longo prazo interessa-lhes pouco!

Mas agora, com esta crise de proporções bíblicas que vamos viver, ocorre uma situação deveras invulgar - dá-se o caso de os custos já estarem incorridos, já não os podemos evitar. Sendo assim, seria tolo não aproveitar para fazer reformas verdadeiras.

Passo, tentativamente, a listar alguns dos setores onde as oportunidades me parecem mais significativas:

1. Fiscalidade

Há anos que a fiscalidade está a necessitar de uma reforma de alto a baixo.

Vamos sair desta crise com as dívidas públicas mais elevadas de sempre em tempos de paz. De uma forma ou de outra essas dívidas terão de ser pagas o que abre uma oportunidade única para medidas verdadeiramente transformadoras.

Vivemos num mundo cada vez mais desigual em que 1% da população detém mais de 50% da riqueza. Tributar apenas o rendimento tornou-se socialmente injusto e economicamente ineficiente. Uma verdadeira reforma fiscal deveria incluir a tributação da fortuna e um alívio da tributação dos rendimentos. O que ficar da tributação do rendimento deveria ser fortemente progressivo.

Do mesmo modo o modelo de financiamento da segurança social deveria ser reformulado. É altura de olhar mais para o valor acrescentado do que para a folha de férias. Numa época em que a revolução digital transformou o imaterial, o intangível na maior fonte de riqueza é preciso repensar o financiamento do estado social.

Igualmente tarda uma forma justa de tributar os lucros. Num tempo em que a revolução digital permite fazer lucros em qualquer lugar, mesmo sem qualquer domicílio fiscal, escapam a tributação local importantes transações das gigantes da tecnologia.

Por outro lado, a divergência de regimes fiscais entre países cria um espaço de arbitragem fiscal que está a ser aproveitado pelas multinacionais. A OCDE está há anos a trabalhar para um mínimo de concertação fiscal no espaço internacional. Chegou o tempo de entregar qualquer coisa...

Não falta que fazer nesta área...

2. Desigualdade e dívida

O mundo está afogado em dívida e a situação só vai piorar com a pandemia.

Nos anos 60 do século passado, nos países de capitalismo avançado, o total da dívida pública e privada andava tipicamente pelos 120% do PIB. Atualmente, para os mesmos países, esse ratio está próximo dos 300%.

As razões para esta “financiarização” das economias de capitalismo avançado são várias.

Contudo, uma delas é inescapável e carece de reparação urgente: a desigualdade crescente entre ricos e pobres.

Acontece que quando os rendimentos estão excessivamente concentrados num pequeno número de famílias é cada vez mais difícil manter a máquina do consumo a alimentar as economias. Os ricos têm, naturalmente, uma propensão a consumir mais pequena, os pobres, pelo contrário, tendem a consumir tudo ou quase tudo o que ganham. Quanto mais os rendimentos se concentram nos que têm mais propensão a poupar mais difícil se torna dinamizar o consumo.

A solução que se se encontrou até agora foi criar mecanismos de endividamento para os mais pobres de modo a que a alavanca do consumo continue a puxar pelas economias.

O modelo chegou ao limite como abundantemente o demonstrou a crise financeira de 2008/2009.

Infelizmente, neste particular, a crise financeira foi desperdiçada. É certo que as reformas introduzidas no setor financeiro terão tornado o sistema mais resiliente (vamos ver!).

O ponto aqui é que não se tocou nas causas de fundo – nomeadamente a desigualdade crescente das sociedades modernas.

Há tanto que fazer nesta matéria...

3. Educação

Esta crise mostra que é possível ensinar, porventura, com mais eficácia e menos custos, recorrendo a métodos diferentes, com menos presença física e mais tutoriais informáticos, com métodos mais desenhados ao indivíduo e

menos à classe... há todo um mundo para explorar aqui...

4. Modelos de Distribuição

Vamos ter de nos habituar a usar menos espaço físico e mais espaço digital. Isso não significa que a distribuição física desapareça – obviamente que não. Mas, porventura, a distribuição física que vai resistir terá de afirmar pela diferença, pela oferta original... O mais do mesmo, o normalizável, com grande probabilidade vai passar para a esfera digital. Isso já estava a acontecer com a falência de muitos conceitos de distribuição convencionais. Esta crise só vai acelerar o processo... Quem está nesta área que se cuide - a disrupção pode ser mais rápida do que se pensa...

5. Modelos de Produção

Creio que ficou claro que alguma renacionalização da produção industrial vai ter de acontecer, mesmo que à custa da perda de eficiência económica. Porventura, segmentos da cadeia de valor que estavam situados em apenas uma geografia (ou um par delas) vão agora ser distribuídas por mais locais. Alguma produção local estratégica tem de ser assegurada. No entanto, seria errado pensar que se pode voltar ao tempo pré-globalização. Destruiria valor e não é necessário.

Acredito que esta tendência abre uma oportunidade interessante para países ocidentais de desenvolvimento intermédio como Portugal. Se sermos capazes de a aproveitar são outros quinhentos.

6. Sistemas de Saúde

A Alemanha é, nesta matéria, uma história exemplar. Antes da crise, na Alemanha discutia-se a forma de o país de livrar de uma suposta capacidade excedentária a nível hospitalar. Como estavam enganados! Vai ser necessário um olhar novo para estes temas e para os modelos de financiamento dos sistemas de saúde...

7. Relações de Trabalho

É um lugar comum dizer que nunca mais serão as mesmas. Acredito que não serão. Há aqui um espaço imenso para aumentar eficácia, baixar custos e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A lista pode engrossar. Limitei-me a listar alguns tópicos que iam chegando à memória à medida que os dedos percorriam as teclas do computador.

Seria muito negativo que todo o sofrimento que esta crise vai inevitavelmente trazer fosse desperdiçado e não fossem feitas verdadeiras reformas de fundo.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Oh meu rico S. João...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Uma em cada três mulheres em todo o mundo sofrem violência física e/ou sexual

A FIFA, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Comissão Europeia lançaram a campanha #SafeHome (#CasaSegura) para dar apoio a quem corre risco de sofrer violência doméstica, protagonizada por 15 futebolistas, incluindo Vítor Baía.

“Se achas que estás em risco ou és vítima de violência em tua casa, não te culpes a ti próprio/a. Tens o direito a procurar ajuda e proteção”, alerta o antigo internacional português e ex-guarda-redes do FC Porto e FC Barcelona.

A campanha é uma resposta conjunta das três instituições ao recente aumento das denúncias de violência doméstica no momento em que há apelos e foram tomadas medidas para que todos fiquem em casa para prevenir a propagação da covid-19, situação que expôs mulheres e crianças que sofrem abusos a um maior risco.

“Entra em contacto com os teus familiares, amigos ou vizinhos, pede-lhes apoio ou procura a ajuda de um profissional de saúde”, incentiva Baía num dos vídeos, lembrando que “todos têm o direito a viver de forma segura e tranquila, livres de ameaças ou agressões, livres de qualquer tipo de violência”.

Segundo estudos, quase uma em cada três mulheres em todo o mundo sofrem violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo ou violência sexual por parte de outros durante a sua vida.

Os mesmos dados indicam que, na maioria dos casos, essa violência é cometida por um parceiro em casa, sendo que até 38% de todos os assassinatos de mulheres são cometidos por um parceiro íntimo.

“Juntamente com a OMS e a Comissão Europeia, estamos a pedir à

comunidade do futebol que gere uma conscientização a respeito desta situação intolerável, que ameaça especialmente mulheres e crianças nas suas próprias casas, lugar em que deveriam sentir-se felizes, seguras e protegidas”, justificou o presidente da FIFA, Gianni Infantino.

Também se estima que mil milhões de crianças entre os dois e os 17 anos de idade (ou metade das crianças do mundo) sofreram em 2019 negligência ou violência física, sexual ou emocional.

“Assim como a violência física, sexual ou psicológica não tem espaço no futebol, ela também não tem espaço em casa”, vincou Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde.

O médico elogiou a parceria internacional “para chamar atenção para este problema crucial”: “Como as pessoas estão isoladas em casa devido à covid-19, o risco da violência doméstica foi tragicamente agravado”.

A comissária europeia da Inovação, Pesquisa, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriel, reforça a mensagem de que “a violência não tem espaço” nas nossas sociedades.

“Os direitos das mulheres são direitos humanos e devem ser protegidos. Com frequência, as mulheres e as crianças abusadas ficam receosas de falar por medo ou vergonha. Essa ‘janela’ para se manifestar e buscar ajuda é ainda mais restrita durante o confinamento. É nossa responsabilidade como sociedade e como instituições pronunciarmo-nos por essas mulheres, dar-lhes confiança e força”, completou.

Os 15 antigos ou atuais futebolistas enviam mensagens para as vítimas, para os agressores e para os governos.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL